

Índice

Dados da Empresa

5. Composição do Capital	1
7. Proventos em Dinheiro	2

2. Dfs Individuais

1. Balanço Patrimonial Ativo	3
2. Balanço Patrimonial Passivo	5
3. Demonstração do Resultado	7
4. Demonstração do Resultado Abrangente	8
5. Demonstração do Fluxo de Caixa	9

8. Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido

Dmpl - 01/01/2019 À 31/12/2019	11
Dmpl - 01/01/2018 À 31/12/2018	12
Dmpl - 01/01/2017 À 31/12/2017	13

9. Demonstração de Valor Adicionado	14
-------------------------------------	----

Relatório da Administração/comentário do Desempenho	16
---	----

Notas Explicativas	25
--------------------	----

Pareceres E Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	74
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	78
Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, Previsto em Regulamentação Específica da Cvm)	79
Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras	80
Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente	81

Dados da Empresa / 5. Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	109.168
Preferenciais	218.335
Total	327.503
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	3
Total	3

Dados da Empresa / 7. Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	24/04/2019	Dividendo	15/05/2019	Ordinária		0,88663
Assembléia Geral Ordinária	24/04/2019	Dividendo	15/05/2019	Preferencial	Preferencial Classe A	1,82455
Assembléia Geral Ordinária	24/04/2019	Dividendo	15/05/2019	Preferencial	Preferencial Classe B	0,88663

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
1	Ativo Total	12.929.688	10.326.500	11.131.537
1.01	Ativo Circulante	1.020.620	854.999	677.261
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	286	64	9.657
1.01.02	Aplicações Financeiras	689.990	410.822	300.879
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	689.990	410.822	300.879
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	689.990	410.822	300.879
1.01.03	Contas a Receber	198.930	240.802	196.465
1.01.03.01	Clientes	198.930	240.802	196.465
1.01.03.01.01	Consumidores e Revendedores / RTE e CCEE	198.930	240.802	196.465
1.01.06	Tributos a Recuperar	8.357	79.203	60.995
1.01.07	Despesas Antecipadas	11.186	15.580	15.763
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	111.871	108.528	93.502
1.01.08.03	Outros	111.871	108.528	93.502
1.01.08.03.01	Instrumentos financeiros derivativos	18.718	0	0
1.01.08.03.04	Outros Ativos	93.153	108.528	93.502
1.02	Ativo Não Circulante	11.909.068	9.471.501	10.454.276
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.969.617	3.078.084	3.822.217
1.02.01.05	Estoques	7.611	4.302	3.584
1.02.01.07	Tributos Diferidos	1.877.412	579.226	583.165
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.877.412	579.226	583.165
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	0	7.511	22.532
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	2.084.594	2.487.045	3.212.936
1.02.01.10.03	Cauções e depósitos judiciais	343.979	536.254	1.262.028
1.02.01.10.04	Ativo Sujeito à indenização	1.719.390	1.949.430	1.949.430
1.02.01.10.05	Instrumentos financeiros derivativos	21.225	0	0
1.02.01.10.06	Outros Ativos	0	1.361	1.478
1.02.02	Investimentos	51.102	0	0
1.02.03	Imobilizado	6.305.943	6.356.617	6.592.199
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	6.305.943	6.356.617	6.592.199

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
1.02.04	Intangível	1.582.406	36.800	39.860
1.02.04.01	Intangíveis	1.582.406	36.800	39.860
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.575.300	36.800	39.860
1.02.04.01.02	Direito de Uso em Arrendamento	7.106	0	0

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
2	Passivo Total	12.929.688	10.326.500	11.131.537
2.01	Passivo Circulante	956.792	884.398	741.110
2.01.02	Fornecedores	8.824	7.595	14.421
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	8.824	7.595	14.421
2.01.03	Obrigações Fiscais	23.494	19.061	36.626
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	23.494	19.061	36.626
2.01.03.01.02	Tributos a Recolher	23.494	19.061	36.626
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	4.586	214.556	204.532
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	3.002	214.556	204.532
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	3.002	4.721	5.155
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	209.835	199.377
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	1.584	0	0
2.01.05	Outras Obrigações	919.888	643.186	485.531
2.01.05.02	Outros	919.888	643.186	485.531
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	606.176	298.750	27.023
2.01.05.02.04	Energia Compara para Revenda	35.755	167.822	200.117
2.01.05.02.05	Obrigações Estimadas e Folha de Pagamento	21.497	25.211	23.136
2.01.05.02.06	Encargos Setoriais	115.673	141.742	187.695
2.01.05.02.07	UBP - Uso do bem público	29.275	0	0
2.01.05.02.08	Obrigações Socioambientais	23.474	0	0
2.01.05.02.09	Outros passivos	88.038	9.661	47.560
2.02	Passivo Não Circulante	4.827.991	2.340.036	3.275.862
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.786.747	1.080	184.152
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.781.123	1.080	184.152
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.781.123	33	4.752
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	1.047	179.400
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	5.624	0	0
2.02.02	Outras Obrigações	1.226.869	182.794	140.944
2.02.02.02	Outros	1.226.869	182.794	140.944

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
2.02.02.02.04	Encargos Setoriais	12.014	35.852	1.466
2.02.02.02.05	UBP - Uso do bem público	158.355	0	0
2.02.02.02.06	Obrigações Socioambientais	164.536	72.915	104.895
2.02.02.02.07	Entidade de Previdência a Empregados	836.995	0	0
2.02.02.02.08	Outros Passivos	54.969	74.027	34.583
2.02.04	Provisões	1.814.375	2.156.162	2.950.766
2.03	Patrimônio Líquido	7.144.905	7.102.066	7.114.565
2.03.01	Capital Social Realizado	5.975.433	5.975.433	5.975.433
2.03.02	Reservas de Capital	1.929.098	1.929.098	1.929.098
2.03.04	Reservas de Lucros	1.084.883	554.588	578.348
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	1.084.883	554.588	578.348
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-948.623	-976.752	-997.645
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-895.886	-380.301	-370.669

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.571.296	1.634.110	1.476.615
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.092.015	-1.232.279	-1.184.939
3.02.01	Custo com energia elétrica	-667.717	-866.112	0
3.02.02	Custo com operação	-424.298	-366.167	0
3.03	Resultado Bruto	479.281	401.831	291.676
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	4.227	257.322	-409.523
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-263.157	-182.194	-182.667
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	267.282	439.516	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	-226.856
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	102	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	483.508	659.153	-117.847
3.06	Resultado Financeiro	-347.054	-374.867	50.843
3.06.01	Receitas Financeiras	74.259	75.704	184.439
3.06.02	Despesas Financeiras	-421.313	-450.571	-133.596
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	136.454	284.286	-67.004
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	1.026.560	10.147	-101.524
3.08.02	Diferido	1.026.560	10.147	-101.524
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.163.014	294.433	-168.528
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.163.014	294.433	-168.528
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	3,55116	0,89903	0,00000
3.99.01.02	PN	3,55116	0,89903	0,00000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	3,55116	0,89903	0,00000
3.99.02.02	PN	3,55116	0,89903	0,00000

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	1.163.014	294.433	-168.528
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-515.585	-9.632	-33.411
4.02.01	Ajuste CPC 33/IAS 19 (Nota 21.2.1.1)	-541.086	-9.632	-33.411
4.02.02	Instrumentos financeiros derivativos	25.501	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	647.429	284.801	-201.939

Dfs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	473.040	367.606	241.778
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	731.682	595.674	542.419
6.01.01.01	Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	136.454	284.286	-67.004
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	379.565	316.345	315.123
6.01.01.03	Juros e Variações Monetárias	143.195	78.388	42.498
6.01.01.04	Baixa de ativo imobilizado e intangível	1.349	1.038	747
6.01.01.05	Ajuste de Ativo Contingente - Ilha Solteira e Jupia	230.040	0	0
6.01.01.06	Entidade de Previdência a Empregados	13.488	10.330	4.254
6.01.01.07	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-2.440	-367	-2.558
6.01.01.08	Reversão da provisão para litígios	-331.952	-410.186	0
6.01.01.09	Reversão de Provisão para Ajuste ao Valor Recuperável de Almojarifados	-8.053	-3.370	3.778
6.01.01.10	Atualização do saldo de provisão para litígios	272.245	361.782	355.136
6.01.01.11	Provisão/(reversão) de provisão para obrigações socioambientais	-14.835	-29.353	26.845
6.01.01.12	Provisão Compra de Energia CCEE	0	8.897	86.955
6.01.01.13	Prêmio Repactuação Risco Hidrológico	15.021	15.021	15.022
6.01.01.14	Provisão/(reversão) de Honorários Ad Exitum	0	8.973	-5.177
6.01.01.15	(Reversão)/Provisão sobre Atualização de Depósitos Judiciais e atualização de PIS/COFINS	-15.695	-35.458	-69.607
6.01.01.16	Reversão de Impairment de Ativo Imobilizado	-120.405	-62.652	-163.593
6.01.01.17	Acordo Extrajudicial MP/MS e PM Bataguassu	0	52.000	0
6.01.01.18	Instrumentos Financeiros Derivativos	38.638	0	0
6.01.01.19	Ajuste a valor presente - AVP	-4.831	0	0
6.01.01.20	Resultado de Equivalência Patrimonial	-102	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-120.546	-204.466	-271.877
6.01.02.01	Contas a Receber	41.872	-44.337	-26.225
6.01.02.02	Tributos a Recuperar	70.846	-18.208	16.707
6.01.02.03	Almojarifado	4.744	2.652	-385
6.01.02.04	Despesas Antecipadas	-3.116	183	323
6.01.02.05	Cauções e Depósitos Judiciais	201.922	168.112	78.884
6.01.02.06	Instrumentos Financeiros Derivativos	-39.943	0	0

Dfs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.01.02.07	Outos Ativos	19.176	-14.542	-25.060
6.01.02.08	Fornecedores	1.229	-6.826	3.875
6.01.02.09	Tributos a Recolher	4.433	-3.479	15.552
6.01.02.10	Pagamentos a Entidade de Previdência Privada	-1.802	-19.962	-37.665
6.01.02.11	Encargos Setoriais	-49.907	-13.807	-47.178
6.01.02.12	Pagamentos de Litígios	-224.734	-158.201	-194.659
6.01.02.13	Energia Comprada para Revenda	-132.067	-41.192	101.238
6.01.02.14	Pagamentos Obrigações Socioambientais	-16.966	-2.627	0
6.01.02.15	Obrigações Estimadas e Folha de Pagamento	-3.714	2.075	3.548
6.01.02.16	Outros Passivos	7.481	-54.307	-160.832
6.01.03	Outros	-138.096	-23.602	-28.764
6.01.03.01	Juros Pagos Referente Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-138.096	-23.602	-28.764
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.458.791	-16.089	-9.259
6.02.01	Aquisição de Imobilizado	-6.583	-12.456	-4.949
6.02.02	Aquisição de Intangível	-2.505	-3.633	-4.310
6.02.03	Pagamento da Outorga	-1.398.703	0	0
6.02.04	Aquisição de investimentos	-51.000	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.265.141	-251.167	-426.012
6.03.01	Captação de recursos	1.777.982	0	0
6.03.02	Liquidação de Empréstimos e Financiamentos	-217.733	-225.594	-271.188
6.03.03	Custo de captação de recursos	3.141	0	0
6.03.04	Liquidação de arrendamento mercantil	-1.085	0	0
6.03.05	Pagamento de dividendos	-297.164	-25.573	-154.824
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	279.390	100.350	-193.493
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	410.886	310.536	504.029
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	690.276	410.886	310.536

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / Dmpl - 01/01/2019 À 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.975.433	1.929.098	554.588	0	-1.357.053	7.102.066
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.975.433	1.929.098	554.588	0	-1.357.053	7.102.066
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-34.152	-570.438	0	-604.590
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-597.543	0	-597.543
5.04.08	Realização de Reserva de Lucros a Realizar	0	0	-35.442	35.442	0	0
5.04.09	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio não reclamados	0	0	1.290	0	0	1.290
5.04.10	Dividendos adicionais	0	0	0	-8.337	0	-8.337
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.163.014	-515.585	647.429
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.163.014	0	1.163.014
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	25.501	25.501
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	25.501	25.501
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	0	-541.086	-541.086
5.05.03.02	Ajuste de Benefícios a empregados - CPC 33 (R1)	0	0	0	0	-541.086	-541.086
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	564.447	-592.576	28.129	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	-28.129	28.129	0
5.06.04	Constituição de Reserva Legal	0	0	58.151	-58.151	0	0
5.06.05	Constituição de Reserva de Lucros Estatutária	0	0	101.259	-101.259	0	0
5.06.06	Retenção de Lucros	0	0	405.037	-405.037	0	0
5.07	Saldos Finais	5.975.433	1.929.098	1.084.883	0	-1.844.509	7.144.905

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / Dmpl - 01/01/2018 À 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.975.433	1.929.098	578.348	0	-1.368.314	7.114.565
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.975.433	1.929.098	578.348	0	-1.368.314	7.114.565
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-23.760	-273.540	0	-297.300
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-297.300	0	-297.300
5.04.08	Realização de Reserva de Lucros a Realizar	0	0	-38.482	38.482	0	0
5.04.09	Constituição de Reserva Legal	0	0	14.722	-14.722	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	294.433	-9.632	284.801
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	294.433	0	294.433
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	0	-9.632	-9.632
5.05.03.02	Ajuste de benefícios a empregados - CPC 33 (R1)	0	0	0	0	-9.632	-9.632
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	-20.893	20.893	0
5.06.04	Realização de Ajuste de Avaliação Patrimonial (Depreciação)	0	0	0	-20.893	20.893	0
5.07	Saldos Finais	5.975.433	1.929.098	554.588	0	-1.357.053	7.102.066

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / Dmpl - 01/01/2017 À 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.975.433	1.929.098	612.941	180.647	-1.355.935	7.342.184
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.975.433	1.929.098	612.941	180.647	-1.355.935	7.342.184
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-34.593	8.913	0	-25.680
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-25.680	0	-25.680
5.04.08	Realização de Reservas de Lucros a Realizar	0	0	-34.593	34.593	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-168.528	-33.411	-201.939
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-168.528	0	-168.528
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	0	-33.411	-33.411
5.05.03.02	Ajuste de benefícios a empregados - CPC 33 (R1)	0	0	0	0	-33.411	-33.411
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	-21.032	21.032	0
5.06.04	Realização de Ajuste de avaliação Patrimonial (Depreciação)	0	0	0	-21.032	21.032	0
5.07	Saldos Finais	5.975.433	1.929.098	578.348	0	-1.368.314	7.114.565

Dfs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
7.01	Receitas	1.832.939	1.926.951	1.752.518
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.830.499	1.927.319	1.749.960
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	2.440	-368	2.558
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-726.079	-943.245	-907.348
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-51.000	-63.874	-62.555
7.02.04	Outros	-675.079	-879.371	-844.793
7.02.04.01	Encargos Setoriais ONS / CCEE	-2.122	-865	-944
7.02.04.02	Energia Comprada	-667.717	-866.112	-833.837
7.02.04.03	Outros Custos Operacionais	-5.240	-12.394	-10.012
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.106.860	983.706	845.170
7.04	Retenções	-379.565	-316.345	-315.123
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-379.565	-316.345	-315.123
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	727.295	667.361	530.047
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.339.319	466.259	-203.756
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	102	0	0
7.06.02	Receitas Financeiras	74.259	75.704	184.439
7.06.03	Outros	1.264.958	390.555	-388.195
7.06.03.01	Variações Cambiais líquidas	-2.809	-52.364	-57.160
7.06.03.02	Entidade de Previdência a Empregados	-13.488	-10.330	-4.254
7.06.03.03	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.026.560	10.147	-101.524
7.06.03.04	Reversão / (Provisão) para Litígios	331.952	410.186	-358.953
7.06.03.05	Reversão/ (Provisão) para Redução ao Valor Recuperável de Almojarifados	8.053	3.370	-3.778
7.06.03.06	Reversão Impairment de Ativo Imobilizado	120.405	62.652	163.593
7.06.03.07	Reversão /(Provisão) PIS/COFINS sobre Atualização de Depósitos Judiciais	6.048	9.873	-3.395
7.06.03.08	Ajuste de Ativo Contingente - Ilha Solteira e Jupia	-230.040	0	0
7.06.03.09	Outras Despesas / (Receitas) Líquidas	18.277	-42.979	-22.724
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.066.614	1.133.620	326.291
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.066.614	1.133.620	326.291
7.08.01	Pessoal	224.307	117.241	132.951

Dfs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
7.08.01.01	Remuneração Direta	222.736	115.003	130.918
7.08.01.04	Outros	1.571	2.238	2.033
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	164.468	196.975	165.877
7.08.02.01	Federais	164.348	196.843	165.708
7.08.02.03	Municipais	120	132	169
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	514.825	524.971	195.991
7.08.03.01	Juros	142.715	23.784	75.281
7.08.03.02	Aluguéis	1.586	4.640	4.566
7.08.03.03	Outras	370.524	496.547	116.144
7.08.03.03.01	Variações Monetárias	0	0	1.155
7.08.03.03.02	Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	48.801	48.063	47.881
7.08.03.03.03	Reserva Global de Reversão - RGR	26.304	54.714	47.573
7.08.03.03.04	Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	15.631	16.319	14.738
7.08.03.03.05	Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	3.999	3.028	4.797
7.08.03.03.06	Outras Despesas Financeiras	275.789	374.423	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	597.543	297.300	-168.528
7.08.04.02	Dividendos	597.543	297.300	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	0	0	-168.528
7.08.05	Outros	565.471	-2.867	0
7.08.05.01	Realização de Reserva de Lucros a Realizar	-35.442	-38.482	0
7.08.05.02	Realização de Ajuste de Avaliação Patrimonial (Depreciação)	28.129	20.893	0
7.08.05.03	Constituição de reserva legal	58.151	14.722	0
7.08.05.04	Constituição de Reserva Estatutária	101.259	0	0
7.08.05.05	Dividendos adicionais	8.337	0	0
7.08.05.06	Retenção de lucros	405.037	0	0

Relatório da Administração/comentário do Desempenho



MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2019 foi um ano transformador para a CESP. Após a mudança para a nova administração, em dezembro de 2018, passamos por um período intenso de avanço na gestão da operação, processos, sistemas de gestão do balanço energético, contencioso, custos, despesas e pessoas.

Em 2019 mudamos a sede da CESP e quebramos paredes, garantindo um espaço que favoreça a comunicação e integração entre pessoas, a criação de um ambiente transparente e acessível, a agilidade de decisão e qualidade de vida dos funcionários, dando uma nova dimensão ao trabalho em equipe.

Os programas de demissão voluntária – PDV, ao longo de 2019, tiveram adesão de 347 funcionários representando 67% das pessoas elegíveis, com custo de R\$111 milhões e concluímos o ano de 2019 com 248 funcionários, já considerando a recomposição de várias posições com profissionais de mercado, com um perfil alinhado ao protagonismo, à opinião e à diversidade de ideias e iniciativas. Esta mudança significativa do perfil profissional foi acompanhada de um sistema de avaliação de desempenho, metas e remuneração atrelados aos resultados e objetivos da Companhia. Complementarmente ao sistema de remuneração fixo e variável, vale destacar que nosso Conselho de Administração aprovou a política de Incentivo de Longo Prazo – ILP, alinhando a remuneração da alta gestão a critérios de desempenho, resultados e geração de valor.

Conquistamos em 2019 o selo *Great Place to Work – GPTW*, motivo de muito orgulho em nosso primeiro ano de gestão. A construção de um ambiente de trabalho saudável e produtivo é parte de um plano de gestão de pessoas com alto desempenho, resultados e geração de valor.

Em Governança, foi também um ano de avanços. Reestruturamos as áreas de Governança, Riscos, Controles Internos e *Compliance* e implementamos novas políticas de gestão, à exemplo do novo Código de Conduta da CESP. Foi também desenvolvida a nova “Linha Ética CESP” - canal de comunicação aberto para o esclarecimento de dúvidas relacionadas ao Código de Conduta da Companhia, bem como para o envio de denúncias sobre condutas antiéticas, irregulares ou ilícitas percebidas no seu ambiente de trabalho e na prática de negócios.

Redefinimos o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutário. A Assembleia de Acionistas realizada em abril/2019 elegeu três novos membros no Conselho de Administração em substituição a conselheiros em final de mandato, perfazendo um total de 8 membros. Nosso Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutário foram renovados e passaram a operar com três membros em cada um destes dois foros.

Definimos também as bases para o funcionamento e implementamos a Comissão de Comercialização de Energia e Comissão Jurídica da CESP, consoante as melhores práticas de governança corporativa e visando à formação de sólido ambiente, equipe e prática de atuação em mercado.

Implementamos o SAP como um passo importante na confiabilidade, agilidade e qualidade de nossa informação e realizamos a transição de parte de nossas atividades operacionais recorrentes para um Centro de

Relatório da Administração/comentário do Desempenho



Serviços Compartilhados – CSC. Estas iniciativas, aliadas a um esforço contínuo e intenso de revisão de estrutura, processos e sistemas, têm proporcionado à CESP ganhos significativos em produtividade e redução de custos.

Em 2019 lançamos o CESP Mais Valor, um programa de iniciativas de valor criado para valorizar os funcionários e capturar oportunidades através da geração de ideias, iniciativas e implantação de novos projetos ou melhorias de processos. Desde o lançamento do programa, em outubro de 2019, já foram recebidas 177 novas ideias que compõe um quadro de geração constante de valor com a participação de toda a Companhia.

Estruturamos e obtivemos a autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) e da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”) para constituição da CESP Comercializadora, uma iniciativa que busca promover uma gestão mais otimizada do balanço energético da CESP, uma melhor gestão dos riscos hidrológicos e de mercado e um aperfeiçoamento da estratégia comercial da Companhia.

Quanto à gestão do contencioso ativo e passivo, implantamos um método próprio de análise, definição de estratégia e gestão das ações judiciais. Identificamos as ações judiciais a serem abordadas de forma particularizada, contratamos assessorias para complementar a atuação da equipe própria da CESP, reestruturamos a área Jurídica da Companhia para estar ainda mais capacitada nesta frente e definimos prioridades de atuação. Terminamos o ano de 2019 com uma redução nas contingências passivas totais em relação ao saldo de dezembro de 2018, explicada pela combinação de: (i) decisões judiciais favoráveis à CESP; (ii) acordos judiciais; (iii) revisão criteriosa do saldo dos casos estratégicos, parcialmente compensados pela inclusão de novos casos no saldo do contencioso. Esses resultados estão em linha com nossa determinação por uma abordagem cada vez mais assertiva e criteriosa na redução deste risco.

Diversas frentes de iniciativas para ganhos de eficiência operacional e racionalização de custos e despesas foram implementadas pela Companhia. Em 2019, comparando-se com 2018, verificamos 30% de redução no custo de Compra de Energia, 21% de redução em despesa de Pessoal e Administração (excetuando-se gastos com PDV) e 23% de redução nas despesas com Serviços de Terceiros, Materiais e Aluguéis.

O EBITDA Ajustado de R\$752 milhões em 2019 representa um valor R\$249 milhões superior ao resultado do ano passado, com Margem EBITDA Ajustada de 48%. Este resultado foi alcançado por uma combinação de fatores, com destaque para a gestão do balanço energético de 2019 e redução de custos e despesas.

A forte capacidade de geração de caixa da CESP nos coloca em uma posição de destaque em termos relativos. Geramos em 2019 R\$476 milhões de fluxo de caixa operacional após serviço da dívida, um índice de conversão de caixa¹ de 59%, e geramos R\$279 milhões de fluxo de caixa livre no mesmo período.

(1) Índice de Conversão de Caixa = Fluxo de Caixa Operacional Pós Serviços da Dívida/EBITDA Ajustado

As iniciativas operacionais executadas ao longo de 2019 em consonância com fatores não operacionais como, reversão das provisões para litígios, reversão de *impairment*, constituição de IR/CSLL diferidos, permitiram a CESP registrar em 2019 lucro líquido de R\$1,1 bilhão, crescimento de R\$869 milhões em relação ao lucro líquido de 2018.

A combinação da forte geração de caixa com o resultado líquido obtido em 2019, permite a proposta de distribuição de dividendos aos acionistas no montante de R\$606 milhões, representando um *payout* de 52% e

Relatório da Administração/comentário do Desempenho



dividend yield de ~6% para todas as classes de ação da CESP (ON, PNA e PNB), com pagamento nos meses de abril e outubro de 2020.

Após um ano de um processo intenso de transformação e resultados positivos, nos cabe agradecer a todos que seguem conosco nessa trajetória. Aos nossos funcionários, que estiveram engajados e focados em entregar o melhor resultado, e a nossos investidores, clientes, fornecedores e parceiros, pela confiança e por acreditarem no potencial da CESP.

Em 2020 estaremos focados na busca contínua pelas melhores práticas em saúde e segurança do trabalho, na consolidação da cultura de alto desempenho, na monetização de imóveis não operacionais, na continuidade da revisão e otimização de nossos processos e sistemas, incluindo iniciativas ambiciosas em tecnologia da informação, automatização e inteligência artificial em várias de nossas atividades, além de seguirmos com o derisking da CESP, focados na continuidade da gestão criteriosa do contencioso e na busca por resultados consistentes com a operação de comercialização de energia através da CESP Comercializadora.

CESP, uma empresa de energia!

PERFIL DA COMPANHIA

A CESP foi constituída em 1966 pelo Governo do Estado de São Paulo e em dezembro de 2018 foi concluída a aquisição do controle acionário da Companhia pela VTRM Energia Participações S.A. ("VTRM"), por meio do leilão de compra e venda de ações ordinárias ("ON") que pertenciam ao Governo do Estado de São Paulo.

PARQUE GERADOR

A Companhia, atualmente, possui três usinas de geração hidrelétrica, Porto Primavera, Paraíbuna e Jaguari, que operam no regime de preço e estão com 1.655 MW de capacidade instalada e 948 MW médios de garantia física de energia.

Após assinatura do novo contrato de concessão da Usina Hidrelétrica de Porto Primavera, que prolongou o prazo de concessão para 2049, a Companhia passou de concessionária de serviço público de geração de energia elétrica para concessionária de produção independente de energia elétrica, e continua a ter suas atividades reguladas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), vinculada ao Ministério de Minas e Energia ("MME"); operando suas usinas de forma integrada com o Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS").

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Na CESP, o objetivo da governança é contribuir para a criação de valor aos acionistas, respeitando os relacionamentos com todos os stakeholders do negócio. Dessa forma, a Companhia acredita firmemente que a adoção das boas práticas de governança corporativa contribuirá para o sucesso e a prosperidade das suas atividades.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho



Neste sentido, a CESP segue um conjunto de regras que disciplinam as relações entre a Companhia e o mercado financeiro, como é o caso do Regulamento de Listagem do Nível 1 de Governança Corporativa da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão S.A. Além disso, o Conselho de Administração da Companhia é composto por 8 membros, sendo 2 conselheiros independentes, além de 1 conselheiro eleito diretamente pelos empregados da Companhia.

A CESP também está comprometida com as recomendações do Código Brasileiro de Governança Corporativa, um instrumento importante para administradores e investidores acompanharem as práticas de governança corporativa da Companhia.

SUSTENTABILIDADE

A CESP configura-se no setor de energia como empresa sólida, com o compromisso de incorporar na estratégia de sua nova gestão e de seus negócios, as melhores práticas de sustentabilidade empresarial, minimizando os impactos sociais e ambientais. Parte importante desta estratégia está pautada no rigoroso cumprimento dos requisitos legais, bem como no mapeamento e implantação de ações alinhadas aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU).

O respeito ao meio ambiente é valor fundamental para a CESP, que adota ações de identificação de aspectos e impactos decorrentes de suas atividades com base em programas e ações voltados ao monitoramento e controle.

A CESP, ciente da importância do seu papel social, está implantando um modelo de atuação social em consonância com as principais diretrizes de Responsabilidade Social Empresarial. Para isso, dentro das orientações dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU, procura atuar junto às comunidades do entorno dos empreendimentos de maneira transparente e participativa, visando o empoderamento e protagonismo socioambientais destes públicos.

A CESP em parceria com o Instituto Votorantim, promove entre seus funcionários o Desafio Voluntário, para a promoção de iniciativas sociais, e a campanha #ViaSolidária, ação que tem o objetivo de incentivar a cultura de doação para projetos que atendem crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

Adicionalmente, a CESP atua em 2 grandes projetos fora de sua área de concessão, o Instituto Criança Cidadã – ICC (<https://www.iccsp.org.br/>) e a Fundação Energia e Saneamento (<http://www.museudaenergia.org.br/>), nos quais faz parte dos Conselhos Administrativos e realiza aportes financeiros significativos.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho



DESEMPENHO OPERACIONAL

A produção de energia na CESP em 2019 foi 3% inferior em relação ao ano de 2018. Essa redução foi motivada por uma afluência menor na região Sudeste, que conduziu o Operador Nacional do Sistema (ONS) a praticar uma política de operação em que se manteve a usina de Porto Primavera com geração reduzida grande parte do período seco para preservar o armazenamento dos reservatórios nas bacias dos rios Paranaíba e Grande.

Com relação às UHE Paraibuna e UHE Jaguari, a geração dessas usinas é função do controle de vazão na bacia do Rio Paraíba do Sul, onde o ONS define a vazão defluente dessas usinas para não violar as restrições hidráulicas à jusante do restante da bacia.

Em 2019 as usinas operadas pela CESP atingiram o índice de disponibilidade médio de 93,9%, calculado segundo a Resolução ANEEL 614/2014, um ligeiro aumento em relação ao de 2018, quando atingiu o nível de 93,7%.

O índice de disponibilidade das usinas da CESP é consistentemente superior aos valores de referência estabelecidos pela ANEEL, demonstrando a eficiência na gestão da operação e manutenção de suas usinas.

DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

RECEITA OPERACIONAL

A Receita Líquida em 2019 totalizou R\$1,6 bilhão, redução de R\$63 milhões (-4%) em relação a 2018, majoritariamente decorrente de:

- **Energia de curto prazo:** Redução de R\$48 milhões devido à nova estratégia de equalização do balanço energético da Companhia combinado com uma gestão otimizada dos recebíveis na CCEE em decorrência da inadimplência sistêmica.
- **Comercializadoras:** Redução de R\$65 milhões devido ao término e redução de contratos existentes a fim de equacionar o balanço energético da Companhia.

Esses efeitos foram parcialmente compensados por:

Esses efeitos foram parcialmente compensados por:

- **Deduções e outras receitas:** Redução de R\$34 milhões devido à alteração do regime da Usina Porto Primavera para Produtor Independente de Energia, deixando de incidir RGR e passando a incidir UBP.
- **Distribuidoras:** Aumento de R\$19 milhões decorrente de cláusula de reajuste contratual.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho**CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS**

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$1.088 milhões em 2019, aumento frente a despesa de R\$975 milhões registrada no 2018.

Em ambos os anos houve efeitos não recorrentes ou não caixa, conforme descritos a seguir:

- **Provisão de litígios:** em 2019 ocorreu reversão de provisão no valor de R\$332 milhões em linha com a estratégia de revisão constante dos prognósticos de risco dos processos judiciais e dos valores em discussão, em complementação à própria estratégia processual de redução do contingente passivo (mais informações na seção Ações Judiciais Passivas, neste documento). Em 2018, a reversão de provisão foi no montante de R\$410 milhões.
- **Efeitos não recorrentes:** Inclui ajuste de ativo contingente de Ilha Solteira e Jupia no valor de R\$230 milhões realizado em 2019, decorrente do reconhecimento no balanço da Companhia dos valores a serem indenizados, conforme portaria do MME nº458/2015 e gastos com PDV de R\$111 milhões, compensado parcialmente, pela reversão de *impairment* do ativo imobilizado no montante de R\$120 milhões referente a 2019, contra reversão de R\$63 milhões ocorrida em 2018.
- **Efeitos não caixa:** Inclui depreciação, amortização, provisões de almoxarifado e reversão da provisão para PIS/COFINS sobre depósitos judiciais. Em 2019 o montante foi de R\$366 milhões e em 2018 foi de R\$303 milhões.

Excluindo os efeitos não recorrentes e não caixa, os custos e as despesas operacionais de 2019 totalizaram R\$833 milhões, queda de 27% em relação a 2018, quando reportou R\$1.145 milhões, decorrente da redução de 28% no custo de energia comprada, 21% em pessoal e administradores e 23% em serviços de terceiros, materiais e aluguéis.

EBITDA

O EBITDA ajustado totalizou R\$752 milhões e margem de 48%, aumento de R\$249 milhões em relação ao ano de 2018.

EBIT / EBITDA - R\$ mil	2019	2018	Var. (%)
Lucro líquido	1.163.014	294.433	n.m.
IR e CSLL líquidos	(1.026.560)	(10.147)	n.m.
Resultado financeiro	347.054	374.867	-7%
= EBIT	483.508	659.153	-27%
Depreciação / amortização	379.565	316.345	20%
EBITDA	863.073	975.498	-12%
Programa de demissão voluntária - PDV	111.082	-	n.m.
Provisão para litígios	(331.951)	(410.186)	-19%
Ajuste ativo contingente - Jupia e Ilha Solteira	230.040	-	n.m.
Reversão de impairment de ativo imobilizado	(120.405)	(62.652)	92%
EBITDA ajustado	751.839	502.660	50%
Margem EBITDA ajustado	48%	31%	17 p.p.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho



O aumento no EBITDA Ajustado é explicado, principalmente, pela redução nos custos e despesas advindos majoritariamente da redução no custo com energia comprada e demais custos e despesas gerenciáveis parcialmente compensada pela redução na receita devido a nova estratégia de gestão do balanço energético da Companhia.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido de 2019 registrou despesa de R\$347 milhões comparado a despesa de R\$375 milhões apresentada de 2018. A variação pode ser explicada principalmente, por:

- **Encargos de dívidas:** Aumento decorrente do reconhecimento das obrigações da 11ª emissão de Debêntures no montante de R\$1,8 bilhão desembolsada em janeiro de 2019.
- **Atualização do saldo de provisão para litígios:** Redução de R\$90 milhões, decorrente da menor atualização do saldo de provisão para litígios.
- **Variação cambial:** Redução de R\$49 milhões em variação cambial decorrente dos pagamentos de principal e juros da dívida com o BNDES indexada a variação cambial realizados durante ao ano de 2019.

RESULTADO LÍQUIDO

Em 2019 o lucro líquido atingiu R\$1,1 bilhão, crescimento de R\$869 milhões em relação ao ano de 2018. A evolução do resultado líquido decorre, principalmente pela:

- **Provisão para Litígios:** em 2019, houve reversão de provisão para litígios no montante de R\$332 milhões, em comparação à reversão verificada em 2018, no montante de R\$410 milhões, em linha com a estratégia da Companhia de redução constante do contencioso passivo (mais informações na seção Ações Judiciais Passivas, neste documento).
- **Impairment:** reversão de provisão para ajuste ao valor recuperável (*impairment*) de R\$120 milhões em 2019 (R\$63 milhões em 2018). A Companhia constatou que o valor contábil da UHE Jaguari se encontrava acima do seu valor justo, sendo reconhecida a perda, enquanto a UHE Porto Primavera apresentou recuperação de seu valor, frente à provisão contabilizada até 2018.
- **Ajuste ativo contingente:** redução de R\$230 milhões decorrente do ajuste do ativo contingente de Ilha Solteira e Jupia, devido ao reconhecimento no balanço da Companhia dos valores a serem indenizados, conforme portaria do MME nº 458/2015 parcialmente compensado, pela:
- **IR e CSLL diferidos:** constituição de IR e CSLL diferidos no montante de R\$1 bilhão decorrente da expectativa de realização de lucro tributável nos próximos anos, conforme projeções da Companhia. A constituição refere-se, principalmente, às seguintes diferenças temporárias: (i) provisão para litígios; (ii) provisão de impairment; (iii) provisão para ativo contingente de Três Irmãos, Ilha Solteira e Jupia.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho



ENDIVIDAMENTO

O endividamento bruto em 31 dezembro de 2019 era de R\$1.791 milhões contra R\$216 milhões ao final de 2018. O aumento no endividamento decorre da 11ª emissão de debêntures da Companhia, realizada com o objetivo de pagar a outorga para a renovação da concessão da UHE Porto Primavera, com remuneração correspondente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, acrescida de sobretaxa de 1,64% ao ano, sendo que o pagamento da remuneração será realizado semestralmente e o principal terá prazo de vencimento em 2025. Em 31 de dezembro de 2019, o prazo médio da dívida era de 4,4 anos. A dívida bruta está alocada em moeda nacional e indexada ao CDI.

A posição de caixa e equivalentes de caixa ao final de 2019 era R\$690 milhões contra R\$411 milhões em dezembro de 2018. Considerando o valor do caixa e o ajuste “Market to Market” dos instrumentos de derivativos, no montante de R\$39,9 a dívida líquida totalizou R\$1.010 milhões ao final de 2019.

REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

O Conselho de Administração aprovou em reunião de 17 de fevereiro de 2020, a proposta de distribuição de dividendos aos acionistas no montante de R\$606 milhões, *payout* de 52% sobre o lucro líquido de 2019 e *dividend yield* de ~6% para as três classes de ações (ON, PNA e PNB) da CESP.

A liquidação financeira de R\$409 milhões ocorrerá em 22 de abril de 2020 e de R\$197 milhões no dia 22 de outubro de 2020 e a data *ex-dividend* será no dia 03 abril de 2020.

MERCADO DE CAPITAIS

A CESP possui ações ordinárias (“CESP3”) e ações preferenciais Classes A e B (“CESP5 e CESP6”, respectivamente) listadas e negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (“B3”) e integra o Nível 1 de Governança Corporativa, valorizando a ética e transparência no relacionamento com acionistas e demais stakeholders da Companhia. As ações da Companhia integram diversos índices, entre eles o Índice de Governança Corporativa, em que estão listadas as empresas com padrões diferenciados de governança corporativa e o Índice Brasil 100, que reúne as ações mais negociadas na B3.

Em 31 de dezembro de 2019 as ações Preferenciais Classe B (CESP6), que representam 64,4% do capital total da Companhia, estavam cotadas em R\$31,94. As ações CESP6 apresentaram uma liquidez média diária de R\$31 milhões negociados no ano de 2019 (R\$27 milhões negociados em 2018).

As ações Ordinárias (CESP3), que representam 33,3% do capital, estavam cotadas em R\$32,50. As ações Preferenciais Classe A (CESP5), que representam 2,3% do capital, estavam cotadas em R\$32,00, no mesmo 31 de dezembro de 2019.

O valor de mercado da CESP, em 31 de dezembro de 2019, era de R\$10,5 bilhões comparado a R\$7,0 bilhões em 31 de dezembro de 2018.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho



FLUXO DE CAIXA

O Fluxo de Caixa em 2019 foi de R\$279 milhões, aumento de R\$179 milhões em relação ao ano de 2018, principalmente pelo desbloqueio de depósitos judiciais decorrente de acordo judiciais feitos durante 2019, parcialmente compensado: (i) pela redução no capital de giro decorrente de PDV; (ii) crescimento no serviço da dívida em função da captação de R\$1,8 bilhão de debêntures; (iii) pagamento de contencioso; (iv) pagamento da outorga de Porto Primavera e (v) dividendos pagos.

CAPEX

Em 2019 o Capex foi de R\$9 milhões e destinado majoritariamente para aquisição de equipamentos para as usinas hidroelétricas.

PRÊMIOS E CERTIFICAÇÕES

Diversos reconhecimentos de mercado atestam a qualidade da gestão e das operações da nossa Companhia. No primeiro ano após a privatização, conquistamos o selo *Great Place to Work – GPTW*, e passamos a integrar o ranking da GPTW como umas das melhores empresas para trabalhar.

Também conquistamos o “Troféu Transparência 2019”, iniciativa organizada pela Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (ANEFAC), em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi) e a Serasa Experian. A premiação destaca as empresas que apresentam suas informações contábeis com excelência e a CESP foi homenageada pela 9ª vez, como uma das Companhias que possui as melhores práticas de transparência nas informações contábeis.

AUDITORES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a CESP esclarece que a empresa PricewaterhouseCoopers, no exercício de 2019, prestou a esta Companhia, além de serviços de auditoria, serviços de assessoria com o objetivo de fornecer recomendações para implementação e melhoria de um ambiente de controles internos, conforme práticas usuais de mercado, sobre os riscos da indústria e os riscos relevantes da companhia. O valor total do contrato foi de R\$ 315 mil.



Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Considerações gerais

1.1 Contexto operacional

A CESP - Companhia Energética de São Paulo ("CESP" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto com sede na cidade de São Paulo. Em dezembro de 2018 foi concluída a aquisição do controle acionário da Companhia pela VTRM Energia Participações S.A. ("VTRM") e a SF Ninety Two Participações Societárias S.A. ("SF92"), por meio do leilão de compra e venda de ações ordinárias ("ON") e preferenciais nominativas classe B ("PNB") que pertenciam ao Governo do Estado de São Paulo, por meio de autarquias e sociedades sob seu controle. A CESP tem como atividades principais o planejamento, a construção e a operação de sistemas de geração e a comercialização de energia elétrica. Mantém outras atividades operacionais, de caráter complementar, tais como florestamento, reflorestamento e piscicultura, como meio de proteger os ambientes modificados pela construção de seus reservatórios e instalações.

As ações da Companhia são negociadas na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão S.A. ("B3") e, desde 28 de julho de 2006, passaram a ser negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa da B3. Como consequência, a Administração da Companhia vem continuamente aperfeiçoando a prestação de informações ao mercado.

A Companhia integra o Índice Brasil Amplo, Índice Brasil 100, Índice de Energia Elétrica, Índice de Ações com Governança Corporativa Trade, Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciado, Índice de Ações com Tag Along Diferenciado, e Índice de Utilidade Pública.

A Companhia, atualmente, possui três usinas de geração hidrelétrica que operam no regime de preço e estão com 1.655 MW de capacidade instalada e 948 MW médios de garantia física de energia.

Após assinatura do novo contrato de concessão da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera) ("UHE Porto Primavera"), que prolongou o prazo de concessão para 2049, a Companhia passou de concessionária de serviço público de geração de energia elétrica para concessionária de produção independente de energia elétrica, e continua a ter suas atividades reguladas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), vinculada ao Ministério de Minas e Energia ("MME"), operando suas usinas de forma integrada com o Operador Nacional do Sistema Elétrica ("ONS"). A produção por usina decorre de despacho efetuado pelo ONS, podendo ser visualizada no quadro de produção bruta, abaixo:

Produção bruta em MWh (*)										
Usinas	2019					2018				
	1° Trim.	2° Trim.	3° Trim.	4° Trim.	Acumulado	1° Trim.	2° Trim.	3° Trim.	4° Trim.	Acumulado
Porto Primavera	2.302.154	2.009.596	2.079.903	2.252.664	8.644.317	2.440.680	2.047.779	2.041.567	2.357.309	8.887.335
Paraibuna	22.718	56.530	125.780	110.271	315.299	49.212	83.788	138.264	67.931	339.195
Jaguari	2.710	7.070	31.676	8.497	49.953	5.759	18.784	19.884	3.947	48.374
Total	2.327.582	2.073.196	2.237.359	2.371.432	9.009.569	2.495.651	2.150.351	2.199.715	2.429.187	9.274.904

(*) Dados relacionados à potência e volumes de energia não foram auditados pelos auditores independentes



Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1.2 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2019

a) Emissão de debêntures

Em 9 de janeiro de 2019, a Companhia recebeu o montante de R\$ 1.800.000 provenientes da 11ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10. A totalidade dos recursos líquidos captados pela Companhia por meio da Emissão foi destinada para o pagamento da outorga de renovação da concessão da UHE Porto Primavera e para gestão ordinária dos negócios da Companhia. A escritura de debêntures foi celebrada em 19 de dezembro de 2018, com vencimento em 7 anos e amortização em 4 parcelas anuais e consecutivas com carência de 3 anos.

b) Programa de demissão voluntária (“PDV”)

Em 28 de janeiro de 2019, o Conselho de Administração aprovou Programa de Demissão Voluntária I (“PDV I”) com as seguintes características: i) destinado a todos os empregados admitidos no quadro permanente da Companhia com contrato de trabalho por tempo indeterminado; ii) incentivo financeiro de 17 remunerações; iii) assistência médico-hospitalar e odontológica por 21 meses, a contar da data do desligamento; iv) Prazo de adesão até 12 de fevereiro de 2019; e v) desligamentos até 30 de agosto de 2019. A adesão ao programa foi de 327 empregados.

Em 28 de junho de 2019, o Conselho de Administração aprovou Programa de Demissão Voluntária II (“PDV II”), com as mesmas características do PDV I proporcionais ao período: i) destinado a todos os empregados admitidos até 10 de dezembro de 2018 com contrato de trabalho por tempo indeterminado; ii) incentivo financeiro de 13 remunerações; iii) assistência médico-hospitalar e odontológica por 17 meses, a contar da data do desligamento; iv) Prazo de adesão até 10 de julho de 2019; e v) desligamentos até 31 de julho de 2019. A adesão ao programa foi de 20 empregados.

O custo total do PDV I e II em 2019 foi de R\$ 111.082.

c) Contrato de concessão UHE Porto Primavera

Em 23 de abril de 2019, a ANEEL assinou o contrato de concessão de uso de bem público para Geração de Energia Elétrica nº 01/2019 – ANEEL, que regula a exploração da UHE Porto Primavera por 30 anos, por meio do regime de Produção Independente de Energia Elétrica (“Contrato”). A data base do contrato, para fins de contagem de prazo de outorga, é 15 de abril de 2019. A partir desta data, a garantia física da UHE Porto Primavera passa a ser de 887 MW médios, conforme determina a Portaria do Ministério de Minas e Energia (“Portaria MME”) nº 66/2018. Conforme definido no contrato, a Companhia pagará pelo uso do bem público (“UBP”) de 2,5% sobre a receita bruta durante 5 anos, o ativo de UBP será amortizado pelo prazo de concessão. Os demais itens do ativo imobilizado existente serão depreciados pela vida útil econômica, inclusive terrenos, limitado ao prazo de concessão. O ajuste da vida útil dos ativos representa um aumento mensal de R\$ 1.597 nas despesas com depreciação e amortização.

Em 3 de maio de 2019, em decorrência da assinatura do contrato, a Companhia efetuou o pagamento da outorga no montante de R\$ 1.398.703 que será amortizado pelo prazo do contrato de concessão (30 anos).

d) Pagamento de dividendos

Em 29 de abril de 2019, a Assembleia Geral Ordinária aprovou o pagamento de dividendos aos acionistas, referente ao exercício de 2018, no montante de R\$ 297.300. Os pagamentos tiveram início em 15 de maio de 2019 e até 31 de dezembro de 2019 foi quitado o montante de R\$ 297.164.

e) Oferta pública de ações (“OPA”)

Em 24 de maio de 2019, em virtude da aquisição do controle da Companhia, foi realizado na B3 o leilão da Oferta Pública de Ações - OPA, no âmbito do qual, em conformidade com os termos, condições e procedimentos previstos no instrumento da OPA, a VTRM adquiriu 1 (uma) Ação ON, ao preço de 11,28 reais, e 31 (trinta e uma) Ações Preferenciais Classe B (“PNB”), ao preço de 14,32 reais. A VTRM passou a deter, direta e indiretamente: (i) 102.091.755 Ações ON, representativas de aproximadamente 93,52% do total de Ações ON; e (ii) 28.928.300 Ações PNB, representativas de aproximadamente 13,72% do total de Ações PNB.



Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

f) Homologação das Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão (“TUST”)

Em função da mudança de regime de concessão da UHE Porto Primavera e com base na Resolução Homologatória ANEEL nº 559/2013 foi proposto o recálculo da TUST com vigência por dez ciclos tarifários. Foi estabelecido um mecanismo de transição para definição de uma nova TUST, durante dois ciclos tarifários consecutivos, em pesos de 1/3 e 2/3 para as tarifas nova e vigente, respectivamente, e 2/3 e 1/3 para o ciclo posterior. A tarifa para o primeiro período de transição, com vigência a partir de 1º de julho de 2019, foi estabelecida em R\$7,693/kW mês, aumento de 17,6% em relação a tarifa anterior, sendo R\$9,085/kW mês a tarifa estabilizada atualizada.

g) Incentivo de longo prazo (“ILP”)

Em 28 de junho de 2019, foi aprovado pelo Conselho de Administração a política de Incentivo de Longo Prazo para parte dos executivos alinhando a remuneração da alta gestão a critérios de desempenho, resultado e geração de valor.

h) Liminar Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”) - Parâmetro Lâmbda

Em 29 de julho de 2019, a CCEE operacionalizou a decisão judicial decorrente de efeito suspensivo da liminar obtida pela Companhia em setembro de 2017, questionando a atualização dos parâmetros de aversão a risco nos modelos computacionais que tem impacto direto na fixação de preços e exposição ao mercado de curto prazo. O valor atualizado pelo Índice Geral de Preços do Mercado (“IGP-M”) foi de R\$ 97.383. O valor total pago em 5 de agosto de 2019 foi de R\$ 68.929, resultado do valor atualizado somado ao saldo acumulado a receber da CCEE no montante de R\$ 28.454.

i) Reserva Global de Reversão (“RGR”) – Despacho nº 2.190

Em 8 de agosto de 2019, a ANEEL, por meio do despacho nº 2.190 fixou o valor da quota da RGR para as concessionárias do serviço público de energia elétrica para o período de julho de 2019 a junho de 2020. A RGR líquida da Companhia para o ciclo será de R\$ 3.374. Neste despacho, a ANEEL considerou os ajustes para os anos de 2018 e 2017, além da mudança de enquadramento da UHE Porto Primavera, que teve sua modalidade de contrato alterada para Produtor Independente de Energia (“PIE”) e passou a recolher Uso do Bem Público (“UBP”) a partir de abril de 2019.

Com a alteração de regime a RGR foi extinta para a UHE Porto Primavera, gerando estorno do saldo a recolher de referido encargo para esta usina. Para as demais usinas da Companhia a RGR continua vigente.

Esses ajustes geraram montantes a receber de R\$ 1.733 registrado em Outros ativos. A Companhia mantinha montantes provisionados de R\$ 19.953 e R\$ 1.466 referentes a expectativa de ajustes para os anos de 2018 e 2017, respectivamente, que foram revertidos em agosto de 2019 (Nota 18). O efeito total de R\$ 23.152 foi reconhecido em Outras receitas operacionais, líquidas na demonstração do resultado.

j) Constituição da CESP Comercializadora – Despacho nº 2.731

Em 11 de outubro de 2019, a ANEEL, por meio do despacho nº 2.731, autorizou a empresa CESP Comercializadora de Energia (“CESP Comercializadora”) a atuar como Agente Comercializador de Energia Elétrica no âmbito da CCEE. A CESP Comercializadora foi constituída com o objetivo de promover uma participação mais ativa da CESP no mercado de energia, gestão otimizada do balanço energético, tanto na compra de energia para mitigação de risco quanto na melhor estratégia possível para a venda da energia disponível. A mesma recebeu aportes de capital nos montantes de R\$ 1.000 e R\$ 50.000 em 31 de julho de 2019 e 3 de dezembro de 2019, respectivamente e iniciou suas operações em janeiro de 2020.

k) Extinção programa de American Depositary Receipt Nível I (“ADR”)

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 30 de outubro de 2019, aprovou a extinção do programa de ADR, no mercado de balcão, das ações preferencias A (“PNA”) e ordinárias (“ON”) da CESP. O término do programa deve-se, principalmente, pela baixa negociação dos ADRs.



Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

l) Plano de recompra de ações

Em consonância a aprovação da extinção do programa de ADR da Companhia, o Conselho de Administração aprovou em reunião realizada no dia 30 de outubro de 2019, o Programa de Recompra de Ações em até 218.000 ações PNA e 40.000 ações ON. O programa terá duração de 13 (treze) meses, iniciando-se em 1º de novembro de 2019 e encerrando-se em 31 de dezembro de 2020. Até 31 de dezembro de 2019 não houve negociações referentes ao programa de recompra de ações.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, vigentes em 31 de dezembro de 2019, o que inclui os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPCs”) e conforme as normas internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”)) e interpretações “IFRIC”, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Administração optou por não divulgar as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019 com a consolidação da CESP Comercializadora e também não divulga informações por segmento de negócio devido à imaterialidade das operações da mesma no exercício, visto que as atividades de comercialização de energia iniciaram em janeiro de 2020 (Nota 1.2 (j)).

O Conselho de Administração da Companhia aprovou a emissão das demonstrações financeiras em 17 de fevereiro de 2020.

2.1 Mudanças de políticas contábeis aplicadas a partir de 1º de janeiro de 2019

a) Reclassificação das despesas com entidade de previdência a empregados

Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentava as despesas com entidade de previdência a empregados reflexo da adoção do CPC 33 – Benefício a empregados (IAS 19) como custo com operação na demonstração do resultado. A partir de 1º de janeiro de 2019, a Administração entende que pelo fato de grande parte dos participantes dos planos pertencerem à área administrativa, os valores tratados anteriormente como “Custo com operação”, enquadram-se melhor em “Despesas gerais e administrativas”. Os períodos comparativos foram alterados para refletir a reclassificação.



Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Reapresentação das despesas de atualização monetária da provisão para litígios

Até o trimestre findo em 31 de março de 2019, a Companhia apresentava as despesas de atualização monetária da provisão para litígios em conjunto com as adequações de provisão e reversão no grupo de "Outras receitas operacionais, líquidas". A atual Administração decidiu reapresentar a atualização monetária da provisão para litígios no "Resultado financeiro" pelos seguintes fatores: (i) avaliou que grande parte da movimentação do saldo de provisão para litígios deve-se à atualização monetária do período, de modo que, com a segregação dos impactos na demonstração do resultado, as movimentações de provisão para litígios ficariam melhor demonstradas; (ii) a Companhia entende que a atualização monetária é um componente financeiro; e (iii) consistência com o registro da atualização monetária dos depósitos judiciais. Os períodos comparativos foram alterados para refletir a reclassificação.

	(Original)	Reclassificação	(Reapresentado)
	2018		2018
Receita líquida	1.634.110		1.634.110
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo com energia elétrica	(866.112)		(866.112)
Custo com operação (a)	(376.497)	10.330	(366.167)
	(1.242.609)	10.330	(1.232.279)
Lucro bruto	391.501	10.330	401.831
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas (a)	(171.864)	(10.330)	(182.194)
Outras receitas operacionais, líquidas (b)	77.734	361.782	439.516
	(94.130)	351.452	257.322
Lucro operacional antes do resultado financeiro	297.371	361.782	659.153
Resultado financeiro líquido			
Receitas financeiras	75.704		75.704
Despesas financeiras (b)	(36.425)	(361.782)	(398.207)
Variações cambiais, líquidas	(52.364)		(52.364)
	(13.085)	(361.782)	(374.867)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	284.286		284.286

Estas reclassificações não afetam os saldos do balanço patrimonial e dos fluxos de caixa

2.2 Principais julgamentos contábeis e fontes de incerteza nas estimativas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas:

- (a) Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 10)
- (b) Intangível (Nota 13)
- (c) Imobilizado (Nota 14)
- (d) Entidade de previdência a empregados (Nota 17)
- (e) Provisão para litígios (Nota 20)
- (f) Obrigações socioambientais (Nota 22)
- (g) Receita (Nota 25)
- (h) Custos e despesas (Nota 26)



Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3. Mudanças nas práticas contábeis e divulgações

Os seguintes pronunciamentos e interpretações entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019:

Norma	Requerimento
Interpretação IFRIC 23 - Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda	<p>A Interpretação trata da contabilização dos tributos sobre a renda quando os tratamentos fiscais envolvem incerteza que afete a aplicação do CPC 32/IAS 12 – Tributos sobre o lucro, e não se aplica a impostos ou exações alheias ao âmbito da IAS 12, nem inclui, de forma específica, as exigências relativas a juros e multas associadas a incertezas no tratamento aplicável aos tributos. A Interpretação aborda especificamente as seguintes questões:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Se uma entidade considera incertezas quanto a tratamentos fiscais de forma separada; • Os pressupostos adotados por uma entidade quanto ao exame dos tratamentos tributários por parte do fisco; • De que forma uma entidade apura seu lucro tributável (prejuízo fiscal), bases de cálculo dos tributos, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários não utilizados e alíquotas de imposto; e • De que maneira uma entidade trata de mudanças nos fatos e circunstâncias. <p>Uma entidade deve determinar se deve considerar cada incerteza quanto ao tratamento fiscal separadamente ou em conjunto com uma ou mais incertezas em tratamentos fiscais. Deve ser adotada a abordagem que melhor prediz a resolução da incerteza. A interpretação passou a vigorar para os períodos de apresentação de relatório anual iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, estando disponíveis alguns facilitadores para a transição.</p>
CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Operações de arrendamento mercantil	<p>A IFRS 16 foi emitida em janeiro de 2016 e substituiu a IAS 17 Operações de arrendamento mercantil, IFRIC 4 - Como determinar se um acordo contém um arrendamento, SIC-15 Arrendamentos operacionais – Incentivos e SIC-27 Avaliação da substância de transações envolvendo a forma legal de arrendamento. A IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a IAS 17.</p> <p>A IFRS 16 também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas na IAS 17.</p> <p>A IFRS 16 entrou em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019. O arrendatário pode optar pela adoção da norma utilizando a retrospectiva completa ou uma abordagem modificada da retrospectiva. As provisões transitórias da norma permitem determinadas isenções.</p>

Com relação ao IFRIC 23, a Administração da Companhia avaliou os impactos da norma e sua adoção inicial em 1º de janeiro de 2019 não provocou impactos nas Demonstrações Financeiras.

Já com relação ao IFRS 16, na data de adoção inicial não haviam contratos elegíveis, porém, durante o 2º trimestre de 2019, a Companhia analisou o contrato de locação da nova sede administrativa e concluiu que, devido às suas características, o mesmo é escopo da nova norma IFRS 16 - Operações de arrendamento mercantil. A partir de 1º de maio de 2019, início da vigência, o contrato foi reconhecido no Ativo, na linha de "Direito de uso sobre contratos de arrendamento" em contrapartida de um passivo financeiro nas linhas de "Arrendamento mercantil", curto e longo prazo, no valor de R\$ 7.954 (15/4/2019). O arrendamento a pagar foi mensurado ao valor presente do fluxo de pagamentos futuro, descontado pela taxa incremental de financiamento. O ativo correspondente é amortizado pelo prazo de vigência do contrato de arrendamento, neste caso 75 meses.



Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os saldos de direito de uso e arrendamento mercantil em 31 de dezembro de 2019 estão representados da seguinte forma:

ATIVO	2018	Adições	Baixas	Depreciação	2019
Direito de uso sobre contratos de arrendamento		7.954		(848)	7.106
		7.954		(848)	7.106

PASSIVO	2018	Adições	Amortização	Ajuste a valor presente	2019
Arrendamento mercantil		7.954	(1.085)	339	7.208
		7.954	(1.085)	339	7.208
				Circulante	1.584
				Não circulante	5.624

4. Caixa e equivalentes de caixa

4.1 Política contábil

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

4.2 Composição

O caixa e equivalentes de caixa compreende disponibilidades em contas correntes bancárias, títulos públicos e de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário. As aplicações financeiras são remuneradas entre 95% e 100% (95% e 100% em 31/12/2018) da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

	2019	2018
Caixa		
Depósitos bancários a vista	286	64
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	630.744	230.418
Operações compromissadas	55.390	156.977
Fundos de investimentos	3.856	23.427
	689.990	410.822
	690.276	410.886

5. Contas a receber

5.1 Política contábil

Correspondem aos valores pela transação de comercialização de energia elétrica ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

A metodologia de cálculo das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa é baseada em uma matriz de risco, na qual foi constituída pelo histórico de perda de créditos, condições atuais e previsões de condições econômicas futuras para todas as faixas de vencimento (“aging list”), inclusive os títulos a vencer. O resultado desta análise estabelece a matriz de risco anual e, por consequência, o montante financeiro a ser contabilizado como *impairment* por faixa de vencimento.



Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5.2 Composição

				2019	2018
	Vincendos	Vencidos há mais de 360 dias	(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Total	Total
Consumidores (a)					
Industrial	75.142	4.172	(4.172)	75.142	79.002
Revendedores (a)					
Agentes comercializadores	45.871			45.871	43.765
Agentes comercializadores - partes relacionadas (Nota 23)	3.931			3.931	
Leilões de energia	61.380			61.380	56.460
Suprimento - quotas		2.036	(2.036)		
	111.182	2.036	(2.036)	111.182	100.225
	186.324	6.208	(6.208)	186.324	179.227
Energia livre / CCEE					
Energia Livre (RTE) (b)		13.712	(13.712)		
Energia de curto prazo (CCEE) (c)	12.606			12.606	61.575
	12.606	13.712	(13.712)	12.606	61.575
	198.930	19.920	(19.920)	198.930	240.802

(a) Consumidores e revendedores

A Companhia possui certo grau de concentração em sua carteira de clientes. Em 31 de dezembro de 2019, os dez principais clientes representam 71,3% do total da carteira (74,3% em 31/12/2018).

(b) Energia livre – Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE)

Em 26 de agosto de 2010, a Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira – SFF da ANEEL emitiu o Despacho nº 2517, que fixou os montantes finais de Energia Livre a serem repassados entre Distribuidoras e Geradoras, signatárias do Acordo Geral do Setor Elétrico, cujo saldo a valor histórico, em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 13.712 (R\$ 13.712 em 31/12/2018) e encontra-se em discussão judicial.

(c) Energia de Curto Prazo – CCEE

Representa a variação apurada mensalmente, resultante do balanço processado pela CCEE, entre compromissos assumidos pela Companhia com seu mercado e demais Agentes da CCEE versus o efetivo comportamento de cada integrante do sistema, cujo montante é apresentado de forma líquida de obrigações junto a CCEE. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia comercializou o montante de R\$ 72.235 (R\$ 120.648 em 31/12/2018) referente à energia não contratada (receita), disponível para venda no âmbito da CCEE (Nota 25).

5.3 Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

Devedor	2018	Baixas	2019
Consumidores	(4.172)		(4.172)
Suprimento - quotas	(2.036)		(2.036)
Energia Livre (RTE)	(13.712)		(13.712)
Subtotal (Nota 5)	(19.920)		(19.920)
Outros ativos (Nota 8)	(33.741)	2.440	(31.301)
	(53.661)	2.440	(51.221)

Devedor	2017	Baixas	2018
Consumidores	(4.172)		(4.172)
Suprimento - quotas	(2.036)		(2.036)
Energia Livre (RTE)	(13.712)		(13.712)
Subtotal (Nota 5)	(19.920)		(19.920)
Outros ativos (Nota 8)	(34.108)	367	(33.741)
	(54.028)	367	(53.661)



Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6. Tributos a recuperar

6.1 Política contábil

Os tributos compensáveis são mantidos no ativo principalmente com a finalidade de reconhecer no balanço patrimonial da entidade os valores contábeis que serão objeto de futura recuperação

6.2 Composição

	2019	2018
Imposto de renda a recuperar (a)	4.953	62.891
Contribuição social sobre o lucro líquido a recuperar (a)	50	14.663
COFINS a recuperar	1.506	1.395
PIS a recuperar	277	254
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.571	
	8.357	79.203

(a) Redução devida à compensação de créditos de IRPJ e CSLL com saldo devedor de PIS e COFINS.

7. Despesas antecipadas

7.1 Política contábil

Referem-se a despesas pagas ou devidas com antecedência, mas referindo-se a períodos de competência subsequente.

As apropriações são realizadas ao resultado do período a que as despesas se referem e não ao período em que são pagas. São apresentadas pelos montantes pagos, deduzidos das apropriações efetuadas até o período.

7.2 Composição

	2019	2018
Circulante		
Seguros	3.675	559
Repactuação risco hidrológico - Contrato 230 MWh (Nota 13) (a)	7.511	15.021
	11.186	15.580
Não circulante		
Repactuação risco hidrológico - Contrato 230 MWh (Nota 13) (a)		7.511
		7.511
	11.186	23.091

(a) Prêmio da repactuação do risco hidrológico que está sendo transferido, mensalmente, para o resultado desde janeiro de 2016 até junho de 2020.



Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8. Outros ativos

	2019	2018
Circulante		
Créditos de alienação de bens e direitos		1.811
Créditos diversos (a)	31.301	33.834
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (a)	(31.301)	(33.741)
Ordens de projetos - P&D (b)	82.793	102.550
Adiantamentos a FUNCESP (Nota 23)	8.824	
Outros	1.536	4.074
	93.153	108.528
Não circulante		
Bens destinados a alienação		1.361
		1.361
	93.153	109.889

- (a) Saldo refere-se substancialmente à cessão de empregados, mediante ressarcimento, à Secretaria de Estado da Fazenda, Transportes, Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE e outros órgãos da Administração do Estado de São Paulo, ex-acionista controlador da Companhia.
- (b) Os gastos aplicados em Pesquisa e Desenvolvimento ("P&D") são contabilizados no ativo e, quando da conclusão do projeto e da aprovação do mesmo pela ANEEL, compensados com o passivo (Nota 18 (c)) registrado para este fim.

9. Cauções e depósitos judiciais

9.1 Política contábil

Referem-se a garantias prestadas, vinculadas a processos judiciais, sendo apresentados pelo seu valor histórico acrescido de atualização monetária.

9.2 Composição

	2019	2018
Depósitos judiciais (a)		
Ações cíveis	141.905	336.061
Ações trabalhistas	93.729	94.321
Ações tributárias	29.940	29.329
Ações ambientais	43.963	40.812
Ações de desapropriações - Usinas CESP	29.720	31.126
Outros depósitos judiciais	3.181	3.144
	342.438	534.793
Cauções		
Depósitos vinculados - CCEE (b)	1.277	1.197
Depósitos vinculados - ANEEL	264	264
	1.541	1.461
	343.979	536.254

- (a) Os depósitos judiciais estão registrados a valores históricos acrescidos de atualização e relacionados com provisões para litígios (Nota 20), no montante de R\$ 342.438, em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 534.793 em 31/12/2018). A redução no montante de depósitos judiciais de ações cíveis ocorreu pelo levantamento de depósitos em virtude de acordos judiciais firmados pela Companhia durante o exercício.



Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Crédito caucionado referente a garantia financeira, junto à CCEE, em conta mantida no Banco Bradesco S/A.

10. Imposto de renda e contribuição social diferidos

10.1 Política contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto e contribuição correntes e diferidos. O imposto sobre a renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Neste caso, o imposto e a contribuição social também são reconhecidos no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda e contribuição social com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O tributo sobre a renda diferido é reconhecido sobre as diferenças temporárias nas datas dos balanços entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas Demonstrações Financeiras e as bases fiscais correspondentes utilizadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada nas datas dos balanços e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes e quando estão relacionados com a mesma autoridade fiscal.

10.2 Composição

Os saldos registrados até 31 de dezembro de 2019 de créditos diferidos sobre prejuízos fiscais de imposto de renda, base negativa de contribuição social diferidos e diferenças temporárias estão suportados por projeções financeiras preparadas pela Administração para os próximos 10 anos, as quais são revisadas anualmente, conforme recomendado pelo Poder Concedente e determinado pela CVM, que demonstram, de forma consistente, a realização dos saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

As projeções e a correspondente realização dos créditos consideram o prazo limite de cada concessão, limitado a 10 anos, dada a subjetividade e incerteza atreladas às concessões. As projeções adotam como premissas básicas de faturamento a quantidade física de energia (MWh) e preços contratados com distribuidoras através de leilões de energia, contratos de fornecimento de energia a consumidores livres, a manutenção do nível de despesas operacionais e consideram a redução de despesas financeiras, que comprovam a obtenção de lucros tributáveis futuros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia realizou testes de *impairment* para suportar o saldo de impostos diferidos. As projeções financeiras utilizaram premissas definidas e, como resultado, observou-se acréscimo na previsão de utilização dos créditos tributários, com relação ao teste realizado no exercício anterior. Desta forma, a Administração constituiu o montante de R\$ 1.039.635 adicionais como imposto de renda e contribuição social diferidos.



Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Ativo (A)		Passivo (B)		Líquido Ativo (A-B)	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Imposto de renda e contribuição social						
Montantes registrados						
Efeito em resultado						
Prejuízo fiscal e base negativa	157.324	143.529			157.324	143.529
Atualização de saldo de depósitos judiciais			53.488	67.477	(53.488)	(67.477)
Provisão para litígios	489.663				489.663	
Provisão impairment - CPC 01	127.870				127.870	
Provisão ativo regulatório	341.722				341.722	
Outras provisões	52.689				52.689	
	1.169.268	143.529	53.488	67.477	1.115.780	76.052
Efeito em outros resultados abrangentes						
Hedge Accounting			13.581		(13.581)	
Custo atribuído de imobilizado (Nota 24.4)	490.451	503.174			490.451	503.174
Entidade de previdência a empregados (Nota 17)	284.762				284.762	
	775.213	503.174	13.581		761.632	503.174
	1.944.481	646.703	67.069	67.477	1.877.412	579.226
Montantes não registrados						
Efeito em resultado						
Prejuízo fiscal e base negativa	888.506	806.669			888.506	806.669
Atualização de saldo de depósitos judiciais			13.897	67.477	(13.897)	(67.477)
Provisões para litígios	127.224	600.107			127.224	600.107
Provisão impairment - CPC 01	386.319	990.953			386.319	990.953
Provisão ativo regulatório	119.309	186.157			119.309	186.157
Provisão compra de energia CCEE		32.589				32.589
Outras provisões		61.960				61.960
	1.521.357	2.678.435	13.897	67.477	1.507.460	2.610.958
Efeito em outros resultados abrangentes						
Entidade de previdência a empregados (Nota 17)				138.214		(138.214)
				138.214		(138.214)
	1.521.357	2.678.435	13.897	205.691	1.507.460	2.472.744
	3.465.839	3.325.138	80.966	273.168	3.384.872	3.051.970

10.3 Realização do saldo de imposto de renda e contribuição diferidos

As projeções financeiras realizadas tiveram os seguintes resultados, considerando a previsão de realização das principais diferenças temporárias pela Companhia com efeito em resultado.

Exercício	2020	2021	2022	2023	2024 a 2026	2027 a 2029	Total
Prejuízo fiscal e base negativa	9.914	15.445	1.133	8.304	22.028	100.500	157.324
Atualização de saldo de depósitos judiciais	(9.297)	(8.681)	(8.107)	(7.570)	(19.833)		(53.488)
Provisões para litígios	85.110	79.475	74.213	69.300	181.565		489.663
Provisão impairment - CPC 01	17.071	15.941	14.886	13.900	36.419	29.653	127.870
Provisão ativo regulatório		59.396	55.463	51.791	135.694	39.378	341.722
Outras provisões	52.689						52.689
	155.487	161.576	137.588	135.725	355.873	169.531	1.115.780

O imposto de renda e a contribuição social sobre o custo atribuído têm as realizações conforme a depreciação dos bens calculada com base na vida útil estimada, limitada ao prazo de concessão da UHE Porto Primavera.

11. Almoarifado

11.1 Política contábil

Os materiais em estoque nos almoxarifados, classificados no ativo não circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição, deduzidos de ajuste para redução ao valor de mercado, quando aplicável.

São apresentados no balanço patrimonial pelo menor valor entre custo e o valor líquido de realização ("VLR"). O VLR é definido como o preço de venda estimado no decurso ordinário da atividade empresarial deduzindo os custos estimados necessários para efetuar a venda. Quando se apura o valor líquido realizável e ele for menor que o custo, o montante excedido é objeto de constituição de ajuste para perda ao valor realizável.

11.2 Composição

Com o término das concessões das UHEs Três Irmãos, Ilha Solteira e Jupia, remanesceram itens de almoxarifado que não foram contemplados na legislação para a transferência para os novos operadores destas usinas. Conforme a MP nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, vencida a concessão, é permitida a transferência para o novo operador das usinas somente os bens em operação vinculados para a produção de energia elétrica.



Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia está negociando com os novos operadores que tem interesse na aquisição de determinados itens. Dado que o custo dos almoxarifados pode não ser recuperável, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 16 (R1) – Estoques, foi efetuado ajuste ao valor realizável dos almoxarifados dessas usinas de R\$ 15.776 em 2016. Havendo sucesso na alienação desses itens de almoxarifado, os respectivos custos serão realizados e a estimativa de perda revertida. Em 2019 foi efetuado ajuste no montante de R\$ 8.053 (R\$ 3.370 em 31/12/2018) no saldo de almoxarifados relativos às UHEs de Ilha Solteira, Jupuí e Três Irmãos.

	2019	2018
Almoxarifado	15.742	20.486
(-) Ajuste para redução ao valor realizável	(8.131)	(16.184)
	7.611	4.302

12. Ativo sujeito à indenização

12.1 Política contábil

Dada a divergência existente, entre o Poder Concedente e a Administração da Companhia, em relação ao valor da indenização devida pela reversão de bens das UHEs Três Irmãos, Ilha Solteira e Jupuí, a Companhia ingressou em juízo para discutir a questão, visando o recebimento do valor de indenização que entende ser o correto. Desta forma, considerando a existência de ativo contingente, em atendimento ao CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, em 2013 e 2015 a Companhia efetuou ajuste no ativo, adequando o valor registrado das respectivas UHEs para o valor incontroverso, sem prejuízo de continuar a discutir os seus direitos judicialmente.

O CPC 25 define ativo contingente como sendo um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da Companhia.

12.2 Composição e movimentação

Por meio da Medida Provisória ("MP") nº 579/12, posteriormente convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, foi permitido que a União, na qualidade de poder concedente, prorrogasse concessões de geração de energia elétrica. Nesse contexto normativo, especificamente em relação às atividades da Companhia, a União ofereceu a antecipação, para janeiro de 2013, da renovação das concessões das UHEs de Ilha Solteira e Jupuí, vencíveis em 7 de julho de 2015. O mesmo tratamento foi estendido à concessão da UHE Três Irmãos, cujo vencimento do primeiro período de concessão já havia ocorrido em novembro de 2011.

Em razão das condições estabelecidas pelo poder concedente, a Companhia deliberou, na forma de seu estatuto social, pela não renovação das referidas concessões. Dessa forma, a Companhia continuou a operar as Usinas de Ilha Solteira e Jupuí, até o termo final da concessão, em 7 de julho de 2015¹. Em relação à UHE Três Irmãos, a continuidade de sua operação ocorreu conforme normatização do Poder Concedente, abaixo detalhada.

				2019	2018
	Três Irmãos	Ilha Solteira	Jupuí	Total	Total
Composição do ativo sujeito a indenização					
Ativo sujeito à indenização	3.529.080	2.165.858	642.318	6.337.256	6.337.256
Ajuste para <i>impairment</i>		(1.657.484)	(337.826)	(1.995.310)	(1.995.310)
Ajuste ativo contingente	(1.811.718)	(506.346)	(304.492)	(2.622.556)	(2.392.516)
Total provisões	(1.811.718)	(2.163.830)	(642.318)	(4.617.866)	(4.387.826)
Ativo sujeito a indenização (líquido)	1.717.362	2.028		1.719.390	1.949.430

				2019	2018
	Três Irmãos	Ilha Solteira	Jupuí	Total	Total
Composição do ajuste ativo contingente					
Ativo regulatório	(547.520)	(508.374)	(304.492)	(1.360.386)	(1.360.386)
Custo Atribuído (<i>deemed cost</i>)	(1.264.198)			(1.264.198)	(1.264.198)
Portaria MME No 458 de 01.10.2015		2.028		2.028	2.028
Modernização e melhoria - Resolução nº 596/2013 ANEEL					230.040
Ajuste ativo contingente	(1.811.718)	(506.346)	(304.492)	(2.622.556)	(2.392.516)

¹ A partir de 08 de julho de 2015, a Companhia ainda ficou como responsável pela "Prestação do Serviço de Geração de Energia Elétrica, por meio das Usinas Hidrelétricas denominadas UHE Ilha Solteira e UHE Jupuí, com vistas a garantir a continuidade do serviço (...), até a assunção do concessionário vencedor da licitação das Usinas Hidrelétricas", conforme disposto pela Portaria MME nº 256, de 11 de junho de 2015.



Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12.2.1 Usina Três Irmãos

Após diversos atos infra legais dispendo sobre a exploração da UHE Três Irmãos, até então realizada pela Companhia, houve determinação, por parte do MME, para que a ANEEL promovesse, em 28 de março de 2014, leilão para licitação de concessão da Usina Três Irmãos. A determinação foi instrumentalizada por meio da Portaria MME nº 214/13.

Em razão da determinação de nova licitação para operação da UHE Três Irmãos, por meio da Portaria Interministerial nº 129/14, proferida em conjunto pelo MME e pelo Ministério da Fazenda ("MF"), foi definido o valor de indenização a ser pago à Companhia, "*referenciado a preços de junho de 2012, para a Usina Hidrelétrica Três Irmãos, considerando a depreciação e a amortização acumuladas a partir da data de entrada em operação das instalações (novembro de 1993), até 31 de março de 2013*". O valor de indenização foi estabelecido em R\$ 1.717.362 (data-base junho de 2012), que seria pago em sete anos.

Entendendo que o valor proposto não refletia os bens reversíveis ainda não depreciados e/ou amortizados, em 7 de abril de 2014 a Companhia manifestou oposição à Portaria Interministerial nº 129/14, ingressando, em 9 de julho de 2014, com ação judicial para discutir a indenização devida em razão da não renovação da concessão. O pagamento do preço definido pela União restou suspenso, ainda que, no entendimento da Companhia, fosse incontroverso, uma vez que estava condicionado à declaração, por parte da Companhia, de que o montante daria plena quitação a qualquer valor devido a título de bens reversíveis.

Assim, conforme mencionado no item 12.1, dada a existência de um ativo contingente, em atendimento ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") nº 25, a Companhia constituiu, em janeiro de 2013, ajuste para redução de valor recuperável, no montante de R\$ 1.811.718 (valor controverso), passando a refletir adequadamente o valor de indenização proposto pelo poder concedente (valor incontroverso).

Atualmente, a questão está sendo discutida no âmbito judicial, estando o respectivo processo em fase de produção de provas.

12.2.2 Usinas de Ilha Solteira e Jupia

Conforme mencionado anteriormente, a Companhia operou as UHEs de Ilha Solteira e Jupia até o termo final da concessão, em 7 de julho de 2015. Nesse contexto, em 1º de outubro de 2015, foi publicada a Portaria MME nº 458, a qual definiu o montante de R\$ 2.028 como sendo a indenização relativa à reversão de bens da Usina de Ilha Solteira, "*considerando a depreciação e a amortização acumuladas a partir da data de entrada em operação das instalações e até 30 de junho de 2015*". Para a UHE de Jupia, a União entendeu que não haveria qualquer valor devido a título de indenização.

Nesse contexto, discordando dos valores de indenização fixados pela União, a Companhia também ingressou em juízo para discutir a questão, pleiteando o recebimento, a título de reversão dos bens e instalações das UHEs de Ilha Solteira e de Jupia, de valor calculado com base no custo histórico atualizado dos ativos. Atualmente, após decisão de primeira instância que julgou a demanda parcialmente procedente, ambas as partes apresentaram recursos, os quais foram remetidos à segunda instância e aguardam julgamento.

Dada a existência de um ativo contingente, em atendimento ao CPC 25, a Companhia constituiu ajuste para desvalorização de ativos (ativo contingente), no montante de R\$ 810.838 (Ilha Solteira – R\$ 506.346 e Jupia – R\$ 304.492), sendo R\$ 230.040 reconhecido durante o exercício de 2019, na rubrica de Outras despesas operacionais, líquidas, referentes à modernização e melhoria conforme resolução 596/2013 da ANEEL.

Em relação à este montante, importante ressaltar que em janeiro de 2019, a ANEEL determinou a abertura da Audiência Pública nº 003/2019, para aprimoramento da citada Resolução, com o objetivo de "Obter subsídios para o aprimoramento da regulamentação de critérios e procedimentos de cálculo dos investimentos em bens reversíveis não amortizados ou não depreciados de concessões de geração prorrogadas ou não, nos termos da Lei nº 12.783/2013".

Por tal motivo, diante da incerteza que se tornou a homologação dos investimentos realizados, a Administração mudou a perspectiva de recuperabilidade dos saldos registrados a título de indenização com base na Resolução nº 596/2013 ANEEL, restando, apenas, os valores definidos em Portaria Interministerial – R\$ 2.028 para Ilha Solteira.



Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13. Intangível

13.1 Política contábil

a) Softwares e licença de uso

As licenças adquiridas e os custos de desenvolvimento diretamente atribuíveis aos softwares são registrados no ativo intangível pelo custo. Estes custos são amortizados durante sua vida útil estimável. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, quando aplicável.

b) Repactuação risco hidrológico

Risco hidrológico corresponde à relação entre o volume de energia que é gerado pelas usinas que integram o Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE") e a garantia física total delas. Somam-se toda a garantia física das usinas que compõem o MRE e toda a energia que foi gerada. Caso o volume elétrico gerado seja menor do que a garantia física, as hidrelétricas têm que pagar a diferença.

Em 18 de agosto de 2015 foi publicada a MP nº 688, que dispõe sobre a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, prevendo a participação apenas dos geradores participantes do MRE (voluntário) e distribuidoras (compulsório) e envolvendo parcelas da garantia física de energia do agente gerador, referentes aos montantes dos contratos do Ambiente de contratação regulada ("ACR") e do Ambiente de Contratação Livre ("ACL").

A Companhia decidiu e protocolou junto à ANEEL, no dia 15 de janeiro de 2016, o requerimento de adesão à repactuação do Risco Hidrológico no ACR para os contratos da UHE Porto Primavera.

Assim, devido aos critérios de elegibilidade definidos pela resolução da ANEEL, foram considerados somente os contratos da UHE Porto Primavera, quais sejam, 1º e 2º Leilão de Energia Nova ("Botox") e o 4º Leilão de Energia Existente (encerrado em 2016).

O impacto do deslocamento hidrológico no ano de 2015, referente aos contratos no ambiente de ACR foi de R\$ 161 milhões e, conforme critério da ANEEL, o ressarcimento foi de R\$ 103 milhões da seguinte forma:

- Contrato "Botox": postergação do pagamento do prêmio de risco por 4 anos e 6 meses (pagamento a partir de julho/2020);
- Contrato de Energia Existente: postergação do pagamento do prêmio de risco por 1 ano e extensão do prazo de outorga da UHE Porto Primavera por 53 dias. Nesse período, a garantia física da usina será contratada no ambiente regulado e sem risco de GSF.

No dia 26 de janeiro de 2016 foi publicado no Diário Oficial da União, o Despacho ANEEL nº 190, de 25 de janeiro de 2016, anuindo a repactuação requerida pela CESP.

Considerando que as condições para a cobertura do risco hidrológico foram aceitas, a Companhia entregou no dia 29 de janeiro de 2016 na ANEEL, o Termo de Repactuação assinado e o protocolo do requerimento de desistência da ação judicial. Os impactos contábeis foram refletidos em 2015, conforme segue:

	2015		
Repactuação risco hidrológico	Despesas antecipadas (Nota 7)	Intangível	Redução Compra Energia CCEE
Circulante			
Contrato 230 MWm	15.021		(15.021)
Contrato 120 MWm	9.134	26.134	(35.268)
	24.155	26.134	(50.289)
Não Circulante			
Contrato 230 MWm	52.575		(52.575)
	76.730	26.134	(102.864)



Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) UBP - Uso do bem público

Corresponde aos valores estabelecidos nos contratos de concessão relacionados aos direitos de exploração do potencial de geração de energia hidrelétrica (concessão onerosa), cujo contrato é assinado na modalidade de Uso do Bem Público - UBP.

O registro contábil é feito no momento da liberação da licença de operação, independentemente do cronograma de desembolsos estabelecido no contrato. O registro inicial desse passivo (obrigação) e do ativo intangível (direito de concessão) corresponde aos valores das obrigações futuras trazidos a valor presente.

A amortização do intangível é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente da concessão. O passivo financeiro é atualizado pelo índice contratual estabelecido e pelo ajuste a valor presente em decorrência da passagem do tempo e reduzido pelos pagamentos efetuados.

13.2 Composição

		2019		2018	
	Taxas anuais médias %	Custo total	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Em operação					
Software e licença de uso	4,9%	26.048	(14.324)	11.724	15.880
Repactuação risco hidrológico (a)	8,1%	26.533	(8.432)	18.101	20.166
UBP - Uso do bem público (b)	3,3%	181.760	(4.292)	177.468	
Outorga (b)	3,3%	1.398.703	(33.025)	1.365.678	
		1.633.044	(60.073)	1.572.971	36.046
Em andamento					
Software e licença de uso		2.329		2.329	754
		2.329		2.329	754
		1.635.373	(60.073)	1.575.300	36.800

- (a) A repactuação do risco hidrológico registrada no intangível é amortizada, mensalmente, desde janeiro de 2016 até julho de 2028, considerando o acréscimo de 53 dias na outorga da UHE Porto Primavera.
- (b) Refere-se aos valores do contrato de concessão da UHE Porto Primavera (Nota 1.2 (c)).

13.3 Movimentação

	2018	Adições	Baixas	Ativações	Amortização	2019
Em operação						
Software e licença de uso	15.880		(3)	731	(4.884)	11.724
Repactuação risco hidrológico	20.166			23	(2.088)	18.101
UBP - Uso do bem público		181.760			(4.292)	177.468
Outorga		1.398.703			(33.025)	1.365.678
	36.046	1.580.463	(3)	754	(44.289)	1.572.971
Em andamento						
Software e licença de uso	754	2.505	(95)	(835)		2.329
	754	2.505	(95)	(835)		2.329
	36.800	1.582.968	(98)	(81)	(44.289)	1.575.300

O saldo de ativações no exercício refere-se à itens oriundos do imobilizado.

	2017	Adições	Ativações	Amortização	2018
Em operação					
Software e licença de uso	16.300		4.121	(4.541)	15.880
Repactuação risco hidrológico	22.318			(2.152)	20.166
	38.618		4.121	(6.693)	36.046
Em andamento					
Software e licença de uso	1.242	3.633	(4.121)		754
	39.860	3.633		(6.693)	36.800



Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14. Imobilizado

14.1 Política contábil

a) Ativo imobilizado

É demonstrado pelo custo histórico de aquisição ou de construção deduzido da depreciação acumulada. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando há probabilidade de benefícios econômicos futuros associados ao item e quando o custo do item pode ser mensurado com segurança.

Quando componentes significativos do ativo imobilizado são substituídos, esses componentes são reconhecidos como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais estabelecidas e revisadas periodicamente pela Administração, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão. Os valores residuais e a vida útil econômica dos ativos são revisados no final de cada exercício social e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

b) Custos socioambientais

Refere-se aos custos socioambientais relativos à Licença de Operação da UHE Porto Primavera, relacionados a atividades de monitoramento e conservação das áreas próximas as instalações da UHE. Para estes custos foi elaborada a melhor estimativa para os desembolsos futuros, trazida a valor presente e registrada em contrapartida do ativo imobilizado. Esses custos são amortizados pelo prazo da licença de operação (10 anos).

c) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os bens do ativo imobilizado são avaliados quando há evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando houver perda, decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, esta é reconhecida no resultado do exercício.

14.2 Composição

	Taxas anuais médias %	Custo total	Depreciação acumulada	2019	2018
				Líquido	Líquido
Em operação					
Terrenos	3,3%	273.809	(6.356)	267.453	309.281
Reservatórios, barragens e adutoras	2,0%	8.054.347	(3.677.352)	4.376.995	3.842.287
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,3%	2.085.155	(1.452.742)	632.413	955.412
Máquinas e equipamentos	2,9%	2.281.993	(1.402.272)	879.721	1.244.999
Veículos	5,4%	6.124	(4.346)	1.778	2.104
Móveis e utensílios	3,9%	1.354	(886)	468	1.008
Custos socioambientais	10,0%	157.936	(15.794)	142.142	
P&D - Máquinas e equipamentos	4,9%	(807)	144	(663)	(697)
		12.859.911	(6.559.604)	6.300.307	6.354.394
Em andamento					
Reservatórios, barragens e adutoras					69
Edificações, obras civis e benfeitorias		1.541		1.541	
Máquinas e equipamentos		2.831		2.831	2.152
Outros		1.264		1.264	2
		5.636		5.636	2.223
		12.865.547	(6.559.604)	6.305.943	6.356.617



Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14.3 Movimentação

	2018	Adições	Baixas	Ativações	Depreciação	(Provisão) / Reversão de impairment	2019
Em operação							
Terrenos	309.281		(38)		(6.356)	(35.434)	267.453
Reservatórios, barragens e adutoras	3.842.287		(1)	111	(197.058)	731.655	4.376.994
Edificações, obras civis e benfeitorias	955.412		(144)		(27.060)	(295.795)	632.413
Máquinas e equipamentos	1.244.999		(588)	3.110	(87.779)	(280.021)	879.721
Veículos	2.104				(326)		1.778
Móveis e utensílios	1.008		(451)		(89)		468
Custos socioambientais		157.936			(15.794)		142.142
P&D - Máquinas e equipamentos	(697)				34		(663)
	6.354.394	157.936	(1.222)	3.221	(334.428)	120.405	6.300.306
Em andamento							
Reservatórios, barragens e adutoras	69			(69)			
Edificações, obras civis e benfeitorias		1.542					1.542
Máquinas e equipamentos	2.152	3.696	(1)	(3.016)			2.831
Outros	2	1.345	(28)	(55)			1.264
	2.223	6.583	(29)	(3.140)			5.637
	6.356.617	164.519	(1.251)	81	(334.428)	120.405	6.305.943

O saldo de ativações no exercício refere-se à itens ativados para o intangível.

	2017	Adições	Baixas	Ativações	Depreciação	Reversão de impairment	2018
Em operação							
Terrenos	299.036		(1.185)	11.430			309.281
Reservatórios, barragens e adutoras	3.969.100		(9.279)		(180.186)	62.652	3.842.287
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.015.497		(7.730)		(52.355)		955.412
Máquinas e equipamentos	1.304.384		17.186	116	(76.687)		1.244.999
Veículos	2.439		(2)		(333)		2.104
Móveis e utensílios	1.179		(28)		(143)		1.008
P&D - Máquinas e equipamentos	(737)			(12)	52		(697)
	6.590.898		(1.038)	11.534	(309.652)	62.652	6.354.394
Em andamento							
Terrenos	1.301	10.129		(11.430)			
Reservatórios, barragens e adutoras		69					69
Máquinas e equipamentos		2.268		(116)			2.152
P&D - Máquinas e equipamentos		(12)		12			
Outros		2					2
	1.301	12.456		(11.534)			2.223
	6.592.199	12.456	(1.038)		(309.652)	62.652	6.356.617

14.4 Custo atribuído (deemed cost)

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 37 (IFRS 1) e ICPC 10, a Companhia optou pela adoção do custo atribuído para as usinas integrantes da infraestrutura de geração, ajustando os saldos de abertura na data de transição em 01/01/2009 pelos seus valores estimados por avaliadores independentes.

De acordo com o ICPC 10, em 01/01/2009, o efeito líquido de primeira adoção do custo atribuído para as usinas resultou em um aumento no ativo imobilizado no montante de R\$ 3.553.278, em contrapartida da conta de imposto de renda e contribuição social diferidos passivos no montante de R\$ 1.208.115 (34%) e na conta de ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, no montante de R\$ 2.345.163. Os detalhes estão apresentados a seguir:

Usina	Custo atribuído	Valor contábil	2009 Mais (menos) valia
Porto Primavera	8.917.513	10.912.754	(1.995.241)
Ilha Solteira e Três Irmãos	7.780.060	3.326.400	4.453.660
Jupia	1.207.288	275.394	931.894
Paraibuna	141.296	20.905	120.391
Jaguari	45.618	3.044	42.574
	18.091.775	14.538.497	3.553.278
Tributos diferidos			(1.208.115)
Efeito de patrimônio líquido			2.345.163



Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14.4.1 Composição

Usina	2019		
	Imobilizado	Impostos diferidos	Patrimônio Líquido
UHE Porto Primavera (Menos Valia)	(1.466.365)	500.769	(965.596)
UHE Paraibuna	20.670	(7.788)	12.882
UHE Jaguari	6.621	(2.530)	4.091
Total	(1.439.074)	490.451	(948.623)

O valor de ajuste de avaliação patrimonial, remanescente no montante de R\$ 948.623 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 976.752 em 31/12/2018), corresponde substancialmente à “menos valia” apurada sobre a usina de Porto Primavera, que será realizada pela transferência para a conta de lucros acumulados, à medida da depreciação ou realização daqueles ativos (Nota 24.4).

14.4.2 Movimentação

	Imobilizado	Impostos diferidos	Patrimônio Líquido
Saldo inicial em 1/1/2009	3.553.278	(1.208.115)	2.345.163
Realizações	(5.033.204)	1.711.289	(3.321.915)
Saldo final em 31/12/2018	(1.479.926)	503.174	(976.752)
Realização no exercício (depreciação)	40.852	(12.723)	28.129
Saldo final em 31/12/2019	(1.439.074)	490.451	(948.623)

14.5 Teste do imobilizado para verificação do *impairment*

Conforme política contábil, a Administração prepara anualmente estudos internos para avaliar a capacidade de recuperação do valor contábil do ativo imobilizado do parque gerador da Companhia em suas operações futuras, considerando o fluxo de caixa futuro das operações e do valor da indenização ao final da concessão, quando aplicável.

a) Premissas utilizadas no teste de *impairment*

O valor recuperável dos ativos imobilizados foi determinado utilizando o conceito de valor em uso, que representa uma avaliação econômica por meio do método de fluxo de caixa descontado onde foram estimadas as receitas e despesas futuras decorrentes do uso dos ativos imobilizados durante sua vida útil e até o fim das concessões. Este fluxo de caixa foi realizado no nível de cada usina (Unidade Geradora de Caixa – UGC), entendido pela Administração como o menor grupo identificável de ativos que geram entradas e saídas de caixa.

A metodologia de cálculo do *impairment* considera:

- (i) Fluxo de caixa futuro das operações, descontado a valor presente, para cada usina (Unidade Geradora de Caixa – UGC), considerado como o menor nível de geração de caixa. Esse fluxo abrange o período remanescente de cada uma das concessões detidas pela Companhia, sem incluir período de prorrogação ou renovação das usinas de Paraibuna e Jaguari.
- (ii) Fluxo de caixa futuro do valor da indenização ao final das concessões, descontado a valor presente. A Administração adotou como premissa, apenas para fins contábeis, que o valor de indenização mínimo a ser recebido da União Federal, no processo de reversão dos bens, será o valor residual dos bens apurado pelo custo atribuído, e depreciado até a data do vencimento da concessão das usinas de Paraibuna e Jaguari. No caso da usina de Porto Primavera o contrato de concessão não prevê indenização ao final da concessão em 2049.

A taxa de desconto utilizada no cálculo do fluxo de caixa foi de 7,09% a.a. (6,71% a.a. em 2018), considerada pela Administração como compatível com o mercado.

As principais premissas utilizadas no teste de *impairment* são o GSF (Generation Scaling Factor) e o preço de energia.

b) Resultados do teste de *impairment*

Após determinar o valor recuperável de cada UGC, a Companhia comparou-o com o valor contábil das respectivas usinas. Como resultado foi constatado que o valor contábil da UHE Jaguari se encontrava acima do seu valor justo, sendo reconhecida perda por *impairment* para esta unidade, já para a UHE Porto Primavera houve recuperação de seu valor frente à provisão contabilizada até 2018 (R\$ 1.632.726).



Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Desta forma, a Companhia registrou, de forma líquida, reversão de *impairment* no montante de R\$ 120.405 (R\$ 62.652 em 2018), no resultado do exercício na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas”.

Usina	2019		(Impairment) / Reversão
	Valor contábil imobilizado e intangível	Valor Justo	
UHE Porto Primavera	7.505.947	7.626.891	120.944
UHE Paraibuna	40.612	40.612	
UHE Jaguari	22.669	22.130	(539)
	7.569.228	7.689.633	120.405

Usina	2018		(Impairment) / Reversão
	Valor contábil imobilizado e intangível	Valor Justo	
UHE Porto Primavera	7.584.230	7.647.504	63.274
UHE Paraibuna	51.446	51.446	
UHE Jaguari	27.532	26.910	(622)
	7.663.208	7.725.860	62.652

Abaixo estão demonstrados os impactos na variação das principais premissas utilizadas no teste de *impairment*:

Análise de sensibilidade

GSF	- 2 p.p.	Atual	+ 2 p.p.
Reversão (provisão) de <i>impairment</i>	218.719	120.405	22.091
Preço de energia	- R\$ 5,00/ MWh	Atual	+ R\$ 5,00/ MWh
Reversão (provisão) de <i>impairment</i>	(24.358)	120.405	265.168

15. Energia comprada para revenda

	2019	2018
Energia comprada para revenda (a)	33.634	71.970
Energia comprada para revenda - Partes relacionadas (a)	2.121	
Provisão - CCEE - liminar (b)		95.852
	35.755	167.822

(a) Refere-se a contratos de energia comprada para revenda (Nota 26.1), para o equilíbrio do balanço energético do exercício, face a garantia física das UHEs da Companhia.

(b) Vide Nota 1.2 (h)

16. Empréstimos, financiamentos e debêntures

16.1 Política Contábil

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.



Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16.2 Composição

Encargos financeiros anuais	2019				2018			
	Encargos	Circulante	Não circulante	Total	Encargos	Circulante	Não circulante	Total
		Principal	Principal			Principal	Principal	
Moeda estrangeira								
BNDDES (Brady)	2,86% a.a.+ UMBNDES				615	209.128		209.743
Eletropaulo	Div (0,8125% a.a.+ LIBOR)				92		1.047	1.139
					707	209.128	1.047	210.882
Moeda nacional								
Debêntures (a)	CDI + 1,64% a.a.	2.969	1.781.123	1.784.092				
Eletrobrás (RGR e IRD)	Taxa Fixa 5% e 8% a.a.		33	33	2	4.719	33	4.754
		2.969	33	1.781.123	2	4.719	33	4.754
		2.969	33	1.781.123	709	213.847	1.080	215.636

(a) Em 9 de janeiro de 2019, a Companhia recebeu o montante de R\$ 1.800.000 provenientes da 11ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10 (Nota 1.2 (a)). A escritura de debêntures foi celebrada em 19 de dezembro de 2018 com vencimento em 7 anos e amortização em 4 parcelas anuais e consecutivas com carência de 3 anos. O valor nominal unitário não tem atualização monetária, incidindo apenas juros remuneratórios com pagamento semestral equivalentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI, "over extra-grupo", base 252 dias úteis, acrescida de sobretaxa de 1,64% ao ano.

O custo de emissão das debêntures foi o montante de R\$ 22.018 a ser apropriado no resultado mensalmente pelo prazo do contrato de 7 anos.

A escritura de emissão das debêntures determina que a Companhia deverá apresentar, anualmente, um índice financeiro de Dívida Financeira Líquida / EBITDA ajustado menor ou igual a 3,50x, obrigação aplicável a partir das demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e o não cumprimento justificará o vencimento antecipado das debêntures. Caso ocorra a não observância do critério, o agente fiduciário deverá convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas dentro de dois dias úteis. A operação de debêntures está garantida pelos recebíveis da Companhia. Em 31 de dezembro de 2019, todas as condições estabelecidas nas cláusulas contratuais da escritura de emissão estavam devidamente cumpridas pela Companhia.

16.3 Composição do saldo devedor em moeda estrangeira

Moeda	2019				2018			
	R\$ mil	US\$ mil (*)		%	R\$ mil	US\$ mil (*)		%
		(Equivalente)				(Equivalente)		
US\$					210.175	54.242		100,00

(*) Convertido para US\$ à taxa de R\$ 3,8748 em 31 de dezembro de 2018, em 31 de dezembro de 2019 não existem saldos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira.

16.4 Cronograma de vencimentos de principal de empréstimos, financiamentos e debêntures do passivo não circulante

	Moeda Nacional
2022	450.000
2023	450.000
2024	450.000
2025	450.000
Custo de captação	(18.877)
	1.781.123



Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16.5 Movimentação de empréstimos, financiamentos e debêntures

	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	2019
Saldo inicial	4.754	210.882	215.636
Captações	1.800.000		1.800.000
Custos de captação	(22.018)		(22.018)
Juros e comissões	132.714	7.134	139.848
Apropriações dos custos de captação	3.141		3.141
Variações cambiais	274	3.073	3.347
Amortização do principal	(4.576)	(213.157)	(217.733)
Amortização de juros	(130.164)	(7.932)	(138.096)
Saldo final	1.784.125		1.784.125

	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	2018
Saldo inicial	9.907	378.777	388.684
Juros e Comissões	530	23.254	23.784
Variações cambiais		52.364	52.364
Amortização do principal	(5.662)	(219.932)	(225.594)
Amortização de juros	(21)	(23.581)	(23.602)
Saldo final	4.754	210.882	215.636

17. Entidade de previdência a empregados

A Companhia patrocina assistência médica e planos de aposentadoria aos seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários com o objetivo de suplementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da previdência social. A Fundação CESP é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela CESP.

Os planos de benefícios foram constituídos na modalidade de plano de benefício definido (BD) e, também, de contribuição definida (CD). Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo a qual a Companhia faz contribuições fixas à Fundação CESP, não tendo obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados, os benefícios relacionados como o serviço do empregado no exercício corrente e anterior. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício fixo de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, tais como idade, tempo de contribuição e remuneração.

O plano de benefícios BD mais relevante da CESP é o denominado BSPS (Benefício Suplementar Proporcional Saldado) constituído como resultado da negociação entre o Governo do Estado de São Paulo (acionista controlador) e os sindicatos para viabilizar o processo de privatização das empresas de energia integrantes do sistema CESP e CPFL ocorrido em 1997.

17.1 Política contábil

Os valores dos compromissos atuariais relacionados ao plano BD (contribuições, custos, passivos e ou ativos) são calculados anualmente por atuário independente com data base que coincide com o encerramento do exercício e são registrados conforme previsto no CPC 33 (R) / IAS 19 – Benefícios a Empregados.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, reduzido o valor justo dos ativos do plano.

A adoção do método de crédito unitário projetado, agrega cada ano de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, somando-se até o cálculo da obrigação final. São utilizadas outras premissas atuariais que levam em consideração tabelas biométricas e econômico-financeiras além de dados históricos dos planos de benefícios, obtidos da Fundação CESP.



Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ganhos e perdas atuariais são registrados diretamente no Patrimônio Líquido sob a rubrica "Outros Resultados Abrangentes". Esses ganhos e perdas atuariais são apurados no término de cada exercício com base no relatório de atuário independente.

17.2 Taxa de desconto utilizada para mensuração do passivo atuarial

Na preparação da estimativa para efeitos contábeis são consideradas premissas atuarias que incluem: taxa de desconto para calcular o valor presente do passivo atuarial real e nominal, taxa de retorno esperado dos ativos dos planos, taxa de crescimento salarial, taxa de inflação de longo prazo conforme maturação dos planos de benefícios, taxa de rotatividade, taxa de mortalidade, invalidez e outros componentes.

No caso da taxa de desconto utilizada para a estimativa do passivo atuarial os atuários no Brasil têm praticado a taxa de rentabilidade de títulos públicos de longo prazo, especificamente a NTN-B. A norma do IFRS estabelece que preferencialmente seja utilizada a taxa de juros de títulos privados e excepcionalmente deve ser utilizada a taxa de juros de títulos públicos quando não existe mercado ativo de títulos privados.

17.3 Análise utilizando taxa de desconto calculada com base em títulos privados

A Administração da Companhia, com o objetivo de dar maior transparência aos usuários das demonstrações financeiras, decidiu preparar a análise apresentada abaixo demonstrando os impactos na mensuração do passivo atuarial bem como nos custos a serem registrados em 2020, aplicando a taxa de desconto com base no rendimento dos títulos públicos comparado com a taxa de desconto calculada com base nos rendimentos dos títulos privados (debêntures de infraestrutura).

Funded Status - 31/12/2019	Taxa nominal - 7,16% Com base na NTN-B 31/12/2019				Taxa nominal - 9,087% Com base nas debêntures			
	BSPS	BD	CV	Total	BSPS	BD	CV	Total
Valor presente das obrigações	(5.623.274)	(911.823)	(130.716)	(6.665.813)	(4.732.128)	(724.925)	(106.400)	(5.563.453)
Valor justo dos ativos	4.818.057	949.467	98.938	5.866.462	4.818.057	949.467	98.938	5.866.462
(Passivo)/Ativo	(805.217)	37.644	(31.778)	(799.351)	85.929	224.542	(7.462)	303.009
Superávit irrecuperável (Efeito do limite de ativo)		(37.644)		(37.644)	(85.929)	(224.542)		(310.471)
(Passivo)/Ativo a ser reconhecido	(805.217)	(31.778)	(31.778)	(836.995)			(7.462)	(7.462)

Despesas - 2020	BSPS	BD	CV	Total	BSPS	BD	CV	Total
Custo do serviço corrente		5.683	179	5.862		3.804	147	3.951
Contribuição do participante		(6.350)		(6.350)		(6.350)		(6.350)
Custo do serviço		(667)	179	(488)		(2.546)	147	(2.399)
Custo do juros	388.022	63.704	9.082	460.808	411.474	63.867	9.317	484.658
Rendimento esperado dos ativos	(330.368)	(66.705)	(6.806)	(403.879)	(419.282)	(84.660)	(8.639)	(512.581)
Custo dos juros sobre superávit irrecuperável		2.695		2.695	7.808	20.404		28.212
Juros líquido sobre (Ativo)/Passivo	57.654	(306)	2.276	59.624		(389)	678	289
Custo reconhecido no resultado (DRE)	57.654	(973)	2.455	59.136		(2.935)	825	(2.110)

Hipóteses atuariais		
Taxa de desconto	7,16% a.a. (real 3,24% a.a.)	9,09% a.a. (real 5,093% a.a.)
Inflação	3,8% a.a.	3,8% a.a.

Cálculo atuarial da Companhia elaborado pela Consultoria Willis Towers Watson – Data base: 31/12/2019

A análise apresentada na tabela acima foi elaborada em conjunto com três especialistas: no âmbito contábil (Professores Eliseu Martins e Eduardo Flores), econômico (MB Associados – Professor José Roberto Mendonça de Barros e Antonio J. Sellare) e atuarial (Willis Towers Watson) que foram contratados pela Companhia para avaliar a evolução do mercado de títulos privados.

Em caso de aplicação da taxa de mercado de títulos privados de alta qualidade, o déficit atuarial apurado por atuário independente pela metodologia CPC 33 (R) / IAS 19 estaria mais próximo ao resultado apurado pelo atuário independente da Fundação Cesp pela metodologia PREVIC, conforme quadro a seguir:



Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Plano total	BSPS	BD	CV	Total
Equilíbrio técnico	(89.514)	189.874	(6.671)	93.689
Resultados realizados	(89.514)	189.874	(6.671)	93.689
Superávit Técnico Acumulado		189.874		93.689
Reserva de Contingência		165.363		93.689
Reserva Especial para Revisão de Plano		24.511		
(-) Déficit Técnico Acumulado	89.514		6.671	
Duration - em anos	9,16	11,77	11,42	9,55
Corredor Déficit	253.231		7.836	

17.4 Demonstração do passivo a ser registrado de acordo com CPC 33 (R1) / IAS 19

Com base na avaliação atuarial elaborada por atuário independente em 31 de dezembro de 2019, seguindo os critérios determinados pelo CPC 33 (R1) / IAS 19, a composição de ativos e passivos relativos à cobertura dos planos de benefícios definidos – BD é como segue:

17.4.1 Premissas atuariais

	2019			2018		
	BSPS	BD	CV	BSPS	BD	CV
Premissas:						
Taxa utilizada para o desconto a valor presente do passivo atuarial	7,16%	7,16%	7,16%	9,00%	9,00%	9,00%
Taxa de retorno esperado sobre os ativos do plano	9,00%	9,00%	9,00%	9,00%	9,00%	9,00%
Taxa real utilizada para o desconto a valor presente do passivo atuarial	4,00%	4,00%	4,00%	4,81%	4,81%	4,81%
Taxa de crescimento salarial	NA	5,88%	NA	NA	7,12%	NA
Taxa de inflação de longo prazo	3,80%	3,80%	3,80%	4,00%	4,00%	4,00%
Taxa de rotatividade	Experiência Funesp			Experiência Funesp		
Tábua de mortalidade	AT 2000 segregada por sexo			AT 2000 segregada por sexo		
Tábua de entrada em invalidez	LIGHT-FRACA SUAVIZADA EM 30%			LIGHT-FRACA		
Tábua de mortalidade de inválidos	AT - 49			AT - 49		
Quantidade de participantes:						
Nº de participantes ativos	69	163	150	359	568	520
Nº de participantes inativos - aposentados sem ser por invalidez	4.440	1.901	997	4.328	1.695	798
Nº de participantes inativos - aposentados por invalidez	166	71	28	175	73	29
Nº de participantes inativos - pensionistas	1.103	193	65	1.051	183	58

	BSPS		BD		CV	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Valor justo dos ativos do plano de benefícios						
Ativos						
Disponível	516		157	7	109	2
Receível	413	521	(16)	7		7
Investimento (*)	5.059.700	4.738.506	955.525	834.252	148.267	128.380
	5.060.629	4.739.027	955.666	834.266	148.376	128.389
Passivos						
Obrigações	(241.064)	(180.353)	(6.200)	(6.074)	(642)	(471)
Fundos não previdenciais	(1.508)	(1.222)				
Saldos de conta CD					(28.642)	(51.861)
Valor justo	4.818.057	4.557.452	949.466	828.192	119.092	76.057

(*) Composto por títulos públicos, fundos de investimentos, investimentos imobiliários, empréstimos entre outros.

17.4.2 Avaliação atuarial

Na avaliação atuarial dos planos foi adotado o método do crédito unitário projetado. O ativo líquido dos planos de benefícios é avaliado pelos valores de mercado (marcação a mercado).

A Companhia reconhece os ganhos ou perdas atuariais no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes.

17.4.2.1 Plano BSPS – Cobertura vigente até 31 de dezembro de 1997

Trata-se de cobertura do tipo Benefício Definido relativa a um Benefício Definido Saldado, que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldado (B.S.P.S.), na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos até 31/12/97, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pelas insuficiências atuariais dessa cobertura é da Patrocinadora CESP.



Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17.4.2.2 Plano BD – Cobertura vigente após 31 de dezembro de 1997

Trata-se de cobertura do Tipo Benefício Definido, que concede renda vitalícia reversível em pensão, relativamente ao tempo de serviço passado acumulado após 31/12/97, na base de 70% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de atividade, limitado o salário mensal a 10 vezes o valor da Unidade de Referência – URE, que corresponde ao valor de R\$ 1.031,87 na data da implantação do Plano, atualizado nas mesmas épocas e nos mesmos índices de reajustamento geral de salário concedido pela Patrocinadora, deduzindo-se, dos 70% dessa média salarial mensal real, o correspondente ao valor médio real da Unidade de Referência – URE relativa também aos últimos 36 meses de atividade. No caso de morte em atividade e de entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço passado (inclusive o acumulado até 31/12/97) e, portanto, não incluem apenas o tempo de serviço passado acumulado após 31/12/97. A responsabilidade pelas insuficiências atuariais dessa Cobertura é compartilhada paritariamente entre a Patrocinadora e os participantes (inclusive os assistidos) e, portanto, somente 50% da insuficiência do Ativo do Plano para cobrir o valor presente da obrigação atuarial do Plano será de responsabilidade da Patrocinadora CESP.

17.4.2.3 Plano CV – Cobertura vigente após 31 de dezembro de 1997

Trata-se de suplementação adicional que será concedida concomitantemente com os demais benefícios e terá como base o saldo da conta de aposentadoria total do participante, multiplicado por um fator de conversão, que dependerá da opção do participante. As opções de recebimento de renda são:

1. Renda mensal vitalícia sem continuação aos beneficiários;
2. Renda mensal vitalícia com continuação aos beneficiários;
3. Renda mensal por prazo certo que poderá ser de 10,15 ou 20 anos.

O participante poderá optar por receber até 25% do saldo da conta em pagamento único, desde que o saldo remanescente não gere uma renda inferior a 10% da unidade de referência CESP.

17.4.3 Cálculo e movimentações

Análise	BSPS	BD	CV	Total
Efeito sobre a obrigação de benefício definido se:				
Taxa de desconto for reduzida em 0,5%	5.365.201	856.617	123.480	6.345.298
Taxa de desconto for aumentada em 0,5%	5.903.718	973.099	138.693	7.015.510

Fluxos de caixa projetados	BSPS	BD	CV	Total
Estimativa das contribuições da patrocinadora para o plano no ano seguinte		2.214		
Estimativa das contribuições dos empregados para o plano no ano seguinte		6.350		6.350
Pagamentos esperados de benefícios dos planos:				
2020	407.951	44.220	7.735	
2021	418.164	46.986	8.011	473.161
2022	427.744	49.524	8.227	485.495
2023	436.906	52.143	8.492	
2024	445.476	55.210	8.738	509.424
2025 a 2029	2.326.065	319.448	47.644	2.693.157

a) Conciliação dos ativos e passivos	BSPS		BD		CV		Total	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Valor da obrigação atuarial líquida	(5.623.274)	(4.352.006)	(911.823)	(788.672)	(130.716)	(70.131)	(6.665.813)	(5.210.809)
Valor justo dos ativos dos planos	4.818.057	4.557.451	949.467	828.191	98.938	76.057	5.866.462	5.461.689
Efeito do limite para reconhecimento de ativo de benefício definido		(205.445)	(37.644)	(39.519)		(5.926)	(37.644)	(250.890)
Total do ativo (passivo) líquido	(805.217)				(31.778)		(836.995)	

b) Movimentação do passivo atuarial	BSPS		BD		CV		Total	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Valor presente da obrigação atuarial total líquida	(4.352.006)	(4.234.604)	(788.672)	(711.567)	(70.131)	(57.422)	(5.210.809)	(5.003.593)
Custo dos serviços correntes			(10.465)	(12.104)	(3.196)	(5.815)	(13.661)	(17.919)
Custos dos juros	(374.491)	(393.394)	(69.568)	(67.801)	(6.081)	(5.331)	(450.140)	(466.526)
Ganho / (Perda) atuarial	(1.314.425)	(116.472)	(79.023)	(29.451)	(58.087)	(7.037)	(1.451.535)	(152.960)
Benefícios pagos	417.648	392.464	35.905	32.251	6.779	5.474	460.332	430.189
Valor presente da obrigação atuarial total líquida	(5.623.274)	(4.352.006)	(911.823)	(788.672)	(130.716)	(70.131)	(6.665.813)	(5.210.809)

c) Movimentação do ativo do plano	BSPS		BD		CV		Total	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Valor justo do ativo do plano	4.557.451	4.330.237	828.191	756.278	76.057	70.869	5.461.689	5.157.384
Contribuição do empregador			2.091	3.433	251	749	2.342	4.182
Contribuição do empregado		15.780	5.998	5.245	607	3.908	6.605	24.933
Rendimento esperado dos ativos do plano	392.981	402.699	73.172	72.310	6.739	6.810	472.892	481.819
Rendimento dos ativos do plano superior/inferior à taxa de desconto	285.273	201.199	81.917	23.176	22.670	(805)	389.860	223.570
Benefícios pagos	(417.648)	(392.464)	(41.902)	(32.251)	(7.386)	(5.474)	(466.936)	(430.189)
Valor justo do ativo do plano	4.818.057	4.557.451	949.467	828.191	98.938	76.057	5.866.462	5.461.689



Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

d) Movimentação do passivo atuarial	BSPS		BD		CV		Total
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2018
Saldo do passivo (ativo) atuarial							
(Receita) Despesa do exercício			10.418	7.696	3.071	2.634	13.489
Contribuições pagas pela empresa			(2.091)	(3.433)	(251)	(749)	(4.182)
Contribuições dos participantes para o plano		(15.780)					(15.780)
Efeito das remensurações reconhecidas em ORA							
Mudanças no efeito limitador de ativo de benefício definido líquido ao teto de ativo		100.507		(9.542)		(8.829)	82.136
(Ganho) / Perda a ser reconhecido imediatamente em Outros Resultados Abrangentes	805.217	(84.727)	(8.327)		28.958	6.944	825.848
	805.217	15.780	(8.327)	(4.263)	28.958	(1.885)	9.632
Saldo do passivo (ativo) atuarial	805.217				31.778		836.995

e) Movimentação de Outros Resultados Abrangentes (ORA)	BSPS		BD		CV		Total
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2018
(Ganhos) / Perdas atuariais decorrentes de experiência do plano	539.908	(15.064)	(77.725)	(1.625)	35.472	4.976	497.655
(Ganhos) / Perdas atuariais decorrentes de mudança de premissa financeira	774.517	131.536	156.747	31.076	22.614	2.061	953.878
Rendimento dos ativos do plano (superior) / inferior à taxa de desconto	(285.273)	(201.199)	(81.917)	(23.176)	(22.670)	805	(389.860)
(Ganho) / Perda sobre as contribuições dos participantes				(996)		(898)	(1.894)
Mudanças no efeito do limite para reconhecimento de ativo no período	(223.935)	100.507	(5.432)	(9.542)	(6.459)	(8.829)	(235.826)
Movimento em ORA durante o exercício	805.217	15.780	(8.327)	(4.263)	28.957	(1.885)	825.847
							9.632

f) Componentes do resultado do exercício	BSPS		BD		CV		Total
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2018
Custo do serviço corrente			10.465	12.104	3.195	5.815	13.660
Custo de juros sobre a obrigação	374.491	393.394	69.568	67.801	6.081	5.331	466.526
Rendimento sobre os ativos financeiros	(392.981)	(402.699)	(73.172)	(72.310)	(6.739)	(6.810)	(472.892)
Despesa / (Receita) sobre o "teto do ativo"		9.305		4.350		1.308	14.963
Contribuição do empregado	18.490		3.557	(4.249)	533	(3.010)	22.580
(Receita) / Despesa do exercício			10.418	7.696	3.070	2.634	13.488
							10.330

G) Despesa / (Receita) estimada para 2020	BSPS		BD		CV		Total
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2018
Custo do serviço corrente				(667)		178	(489)
Custo de juros sobre a obrigação			388.022	63.703		9.082	460.807
Rendimento esperado sobre os ativos do plano			(330.368)	(66.705)		(6.807)	(403.880)
Despesa / (Receita) sobre o "teto do ativo"				2.695			2.695
Contribuição do empregado							
(Receita) / Despesa do exercício			57.654	(974)		2.453	59.133

17.5 Equacionamento financeiro dos planos de benefícios com a Fundação CESP

Para equacionar e garantir o fluxo de caixa entre a CESP e a Fundação CESP, parte do passivo atuarial determinado pelos atuários independentes (BSPS e plano de benefício definido) está representada por instrumentos jurídicos formalizados pela Companhia em 1997, com interveniência da Secretaria Nacional de Previdência Complementar (SPC) na forma de contratos de mútuos e contrato de ajuste de reservas a amortizar, que possuem cláusula variável, conforme segue.

17.5.1 Contrato de Benefício Suplementar Proporcional Saldado

Referia-se ao saldo de contrato de ajuste das reservas matemáticas para a cobertura de déficit técnico atuarial existente com a Fundação CESP até 31 de outubro de 1997, relativo ao "benefício suplementar proporcional saldado". O contrato original previa amortização em 240 parcelas mensais, desde 31 de dezembro de 1997 e atualização pela variação do IGP-DI, acrescido de juros de 6% a.a. ou o custo atuarial, dos dois o maior.

Em 28 de abril de 2004, o contrato foi repactuado entre as partes, com carência de 24 meses para pagamento do principal e amortização em 143 parcelas mensais e sucessivas, a partir de janeiro de 2006, com vencimento final em 30 de novembro de 2017, ora quitado.

Em 28 de outubro de 2016, foi celebrado aditivo prorrogando o prazo final de 30 de novembro de 2017 para 31 de dezembro de 2027, mantendo as demais condições contratadas.

Anualmente, ao final de cada exercício, o superávit ou déficit apurado na avaliação atuarial é integrado ou deduzido do saldo do contrato e as parcelas de amortizações futuras são recalculadas com base no novo saldo do contrato. Em 2018, o saldo foi zerado em decorrência do superávit apurado no exercício.

17.5.2 Contrato de Equacionamento do Plano de Contribuição Variável – CV

Refere-se ao saldo de contrato de ajuste das reservas matemáticas para cobertura de déficit técnico atuarial existente com a Fundação CESP relativo ao Plano de Contribuição Variável – CV. Em conformidade com a legislação, qualquer déficit apurado no plano CV deve ser equacionado por patrocinadora e participantes ativos e assistidos, na proporção da formação dos recursos. O contrato foi celebrado em 20 de junho de 2017 e o saldo corresponde ao montante de responsabilidade da patrocinadora, a ser quitado em 137 parcelas mensais, até junho de 2028, com atualização pelo IGP-DI acrescido da taxa de juros real utilizada na última avaliação atuarial. Anualmente, o saldo será revisto em decorrência de eventuais ganhos ou perdas apuradas nas reavaliações atuariais do plano.



Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conforme mencionado acima, os contratos possuem cláusula variável de reajuste anual de acordo com o custo atuarial, portanto, representam, na essência, garantias para o equacionamento financeiro do plano de benefícios. Em virtude desse fato, o passivo da CESP é registrado de acordo com o CPC 33/IAS 19.

Em 31 de dezembro de 2019, a diferença entre os saldos apresentados desses contratos e o valor do passivo, registrado de acordo com o CPC 33/IAS 19 é decorrente da diferença de metodologias utilizadas entre a CESP e a Fundação CESP para avaliar a situação financeira dos planos de benefícios, e que são ajustadas anualmente pelos efeitos dos ganhos e perdas atuariais ao longo do tempo (maturação do plano).

Na essência, os contratos de dívida são considerados garantia para equacionamento do fluxo de caixa entre a Companhia e a Fundação CESP.

18. Encargos setoriais

	2019	2018
Circulante		
Reserva Global de Reversão - RGR:		
- Quota Mensal	137	4.556
- Diferença de quotas - 2018 (a)		1.466
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	8.459	8.279
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE	2.377	261
Quotas para P&D - FNDCT (b)	1.316	1.058
Quotas para P&D - MME (b)	282	529
P&D - Projetos (c)	87.036	111.535
Encargos de Uso da Rede Elétrica - CUSD/CUST (d)	15.473	13.914
Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSDg (e)	593	144
	115.673	141.742
Não circulante		
Reserva Global de Reversão - RGR:		
- Diferença de quotas - 2018 (a)		19.953
P&D - Projetos (c)	12.014	15.899
	12.014	35.852
	127.687	177.594

(a) Vide Nota 1.2 (i)

(b) Quotas provisionadas do Programa Anual de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D a serem recolhidas para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT e para o Ministério de Minas e Energia- MME, em cumprimento à Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000.

(c) Saldo de recursos a serem aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (“P&D”), atualizados pela SELIC. Os investimentos aplicados em P&D são contabilizados no ativo (Nota 8) e quando da conclusão do projeto são reconhecidos como liquidação da obrigação.

(d) Encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição – TUST, conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 2.409 de 26 de junho de 2018.

(e) Encargos de uso do sistema de distribuição – TUSDg, conforme Resoluções Homologatórias ANEEL nº 2.437/2018 (Elektro) e nº 2.469/2018 (EDP-SP).



Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19. Uso do bem público

19.1 Política contábil

De acordo com o Contrato de Concessão de Uso do Bem Público para Geração de Energia Elétrica nº 01/2019 – ANEEL que regula a exploração da UHE Porto Primavera, a Companhia tem a obrigação de pagamento de UBP de 2,50% sobre a receita bruta durante 5 anos (Nota 1.2 (c)).

O montante de UBP é originalmente reconhecido como um passivo financeiro (obrigação) e como um ativo intangível (direito de uso de um bem público), que corresponde ao montante das despesas totais anuais ao longo do período do contrato descontado a valor presente (valor presente dos fluxos de caixa futuros de pagamento).

A concessão teve início em 15 de abril de 2019 e tem vigência pelo período de 30 anos. O pagamento do UBP é mensal a partir do 13º mês após o início do contrato.

19.2 Composição

	2019			Total
	Ativo intangível (Nota 13)	Circulante	Não circulante	
Usina				
Porto Primavera	177.468	29.275	158.355	187.630
	177.468	29.275	158.355	187.630

19.3 Movimentação

	Ativo		Passivo	
	Ativo intangível (Nota 13)	UBP	(-) Ajuste a valor presente	Total
Registro inicial em 15/4/2019	181.760	212.308	(30.548)	181.760
Amortização	(4.292)			
Realização do ajuste a valor presente			5.870	5.870
Saldo em 31/12/2019	177.468	212.308	(24.678)	187.630

20. Provisão para litígios

20.1 Política contábil

A Companhia possui processos administrativos e judiciais em diferentes esferas, tribunais e instâncias, de natureza trabalhista, tributária, cível e ambiental. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais e em análises realizadas internamente, constituiu provisões para aquelas demandas cuja probabilidade de perda é estimada como provável.

As provisões, para as perdas decorrentes de litígios classificadas como prováveis, são reconhecidas contabilmente, desde que: (i) haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada), decorrente de eventos passados; (ii) seja provável que haverá saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado com segurança. As contingências relativas a litígios cuja probabilidade de perda é classificada como possível ou remota não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas em notas explicativas. As estimativas de risco atribuídas a processos judiciais são baseadas na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos internos e externos.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, refletindo as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. Variações na estimativa dos valores provisionados são reconhecidas no resultado do período.



Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20.2 Composição e movimentação

Em 31 de dezembro de 2019, os litígios, nas suas diferentes naturezas, foram avaliados e classificados segundo a probabilidade de perda estimada e o risco econômico-financeiro para a Companhia, como demonstrado abaixo.

	2018		Movimentação		2019	
	Saldo	Atualização	Provisão / (Reversão)	(-) Pagamentos (-) Acordos		Saldo
Trabalhistas						
Ações diversas	247.663	19.928	(67.746)	(61.248)	138.597	
Tributárias						
Ações diversas	5.828	501	(487)	(407)	5.435	
Indenizações						
Ações ambientais	189.136	27.022	228.769	(1.300)	443.627	
Ações cíveis	1.435.124	164.501	(597.889)	(8.285)	993.451	
Desapropriações						
Ações de desapropriações - Usinas CESP	141.890	24.199	160.444	(25.839)	(185.000)	115.694
Ações de desapropriações - empresas cindidas	136.521	36.094	(55.043)	(1)	117.571	
	2.156.162	272.245	(331.952)	(97.080)	(185.000)	1.814.375

	2017		Movimentação		2018	
	Saldo	Atualização	Provisão / (Reversão)	(-) Pagamentos (-) Acordos		Saldo
Trabalhistas						
Ações diversas	271.618	26.536	9.462	(55.201)	(4.752)	247.663
Tributárias						
Ações diversas	24.788	2.118	(9.087)	(11.991)		5.828
Indenizações						
Ações ambientais	1.106.798	63.030	(370.333)	(27.184)	(583.175)	189.136
Ações cíveis	1.237.822	226.342	2.511	(31.479)	(72)	1.435.124
Desapropriações						
Ações de desapropriações - Usinas CESP	137.413	26.710	(16.097)	(6.136)		141.890
Ações de desapropriações - empresas cindidas	172.327	17.046	(26.642)	(26.210)		136.521
	2.950.766	361.782	(410.186)	(158.201)	(587.999)	2.156.162

Em relação às contingências decorrentes de ações cuja probabilidade de perda é estimada como remota, a Companhia optou por manter a prática historicamente adotada na elaboração de suas Demonstrações Financeiras, divulgando o valor total das causas correspondente a este tipo de contingência. Entretanto, apesar de entender ser coerente a divulgação de tais valores, a Companhia ressalva que, dentre as diversas ações avaliadas como sendo de risco remoto, há demandas explicitamente incabíveis, cujo valor de causa não representa, em hipótese alguma, o valor financeiro efetivamente em discussão e que seria devido no caso de eventual condenação definitiva da Companhia.

Atualmente, as contingências decorrentes de litígios, judiciais ou administrativos, estão segregadas da seguinte forma:

Natureza	Expectativa de Perda			Total
	Provável	Possível	Remota	
Ações trabalhistas	138.597	63.876	121.545	324.018
Ações tributárias	5.435	402.116	15.638	423.189
Ações ambientais	443.627	248.267	2.378.598	3.070.492
Ações cíveis	993.451	1.799.906	4.275.851	7.069.208
Ações de desapropriações - Usinas CESP	115.694	8.795	216.854	341.343
Ações de desapropriações - empresas cindidas	117.571	5.486	53.887	176.944
Total em 31 de dezembro de 2019	1.814.375	2.528.446	7.062.373	11.405.194
Total em 31 de dezembro de 2018	2.156.162	2.066.353	7.352.360	11.574.875

As principais ações encontram-se descritas, resumidamente, nas notas explicativas abaixo:

20.3 Reclamações trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2019, as reclamações trabalhistas movidas contra a Companhia totalizam o montante de R\$ 324.018 (R\$ 460.571 em 31/12/2018). A Companhia mantém provisões registradas para enfrentar eventuais obrigações no montante de R\$ 138.597 (R\$ 247.663 em 31/12/2018), representadas por 353 ações judiciais. A Companhia mantém depósitos judiciais em garantia de processos, no montante de R\$ 93.729 (R\$ 94.321 em 31/12/2018 – Nota 9).

Os processos trabalhistas com expectativa de perda possível totalizam o montante de R\$ 63.876 (R\$ 89.443 em 31/12/2018) correspondentes a 203 processos.



Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20.4 Ações tributárias

A Companhia está envolvida em 156 ações judiciais tributárias no montante estimado de R\$ 407.551 (R\$ 62.979 em 31/12/2018) com expectativa de perda considerada provável e possível. A Companhia mantém registrado o montante de R\$ 29.940 (R\$ 29.329 em 31/12/2018) em depósitos judiciais relativos à processos tributários (Nota 9).

20.5 Ações ambientais

A Companhia é parte em ações de natureza ambiental, as quais têm como objeto, via de regra, discussões relativas a medidas reparatórias de danos ambientais, sobretudo em razão do alto impacto ambiental dos empreendimentos cuja execução esteve ou está sob responsabilidade da Companhia.

Atualmente, as ações ambientais cuja expectativa de perda é considerada provável ou possível totalizam o montante de R\$ 691.894 (R\$ 450.254 em 31/12/2018), conforme abaixo:

	Provável	Possível	2019
Proteção de encosta	13.299	74.060	87.359
Parques	114.757	82.442	197.199
Danos ao meio ambiente	159.978	24.060	184.038
Outros	155.593	67.705	223.298
	443.627	248.267	691.894

Em relação a essas ações, há depósitos judiciais registrados pela Companhia no montante de R\$ 43.963 (R\$ 40.812 em 31/12/2018).

20.6 Ações cíveis – Usinas CESP

20.6.1 Ações de pescadores

Existem ações em curso contra a Companhia intentadas por supostos pescadores profissionais, sobretudo da região da UHE de Porto Primavera, que pleiteiam indenização por supostas perdas e danos decorrentes do enchimento do reservatório da referida usina. O valor total discutido nas ações com risco de perda provável e possível, em 31 de dezembro de 2019, alcança o montante de R\$ 1.313.037, correspondente a um total de 337 processos (R\$ 725.523 em 31/12/2018).

20.6.2 Ações de oleiros ceramistas

Existem ações em curso contra a Companhia propostas por supostos oleiros/ceramistas que foram impactados quando da formação do reservatório da UHE Porto Primavera. O valor total discutido nas ações com risco de perda provável e possível, em 31 de dezembro de 2019, alcança o montante de R\$ 517.257, correspondente a um total de 42 processos (R\$ 1.314.465 em 31/12/2018).

20.6.3 Ações de inadimplemento contratual e outros

Existem ações em curso contra a Companhia, cujos objetos baseiam-se em pedidos de indenização por inadimplemento contratual e outros assuntos relacionados às usinas integrantes do seu parque gerador. O valor total discutido nas ações com risco de perda provável e possível, em 31 de dezembro de 2019, alcança o montante de R\$ 638.332, correspondente a um total de 267 processos (R\$ 296.937 em 31/12/2018).

20.6.4 Ação AES – Sul (Atual RGE Sul)

A Companhia é parte em ação ordinária ajuizada pela AES Sul, em face da ANEEL, buscando a anulação parcial do “Despacho ANEEL nº 288/2002” e sua não aplicação de forma retroativa. Em síntese, a AES Sul pleiteia o direito de não optar pelo alívio de exposição, conforme determinado no referido Despacho ANEEL, especificamente em relação a uma operação de venda de energia elétrica proveniente da Usina Hidrelétrica de Itaipu, relativa ao período de racionamento ocorrido em 2001. Não sendo permitida, à AES Sul, a não opção pelo alívio de exposição, seria desfeita uma operação de mercado na qual ela obteve lucro de aproximadamente R\$ 373.000. A Companhia e demais agentes do mercado passaram a integrar a lide, considerando que também sofrerão impactos decorrentes do entendimento a ser aplicado no caso. Atualmente, após ser dado provimento ao recurso de Apelação da AES Sul, interposto em face de



Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

sentença que julgou improcedente a demanda, aguarda-se pelo julgamento de outros recursos interpostos pelas demais partes (embargos infringentes).

No que impacta a Companhia, atualmente a lide apresenta um valor em discussão no montante de R\$ 160.613 (R\$ 270.448 em 31/12/2018), cujo risco de perda é avaliado como possível.

20.7 Ações de desapropriação – Usinas CESP

Existem 24 ações em curso contra a Companhia discutindo o valor de indenização referente à desapropriação de áreas relacionadas à formação dos reservatórios das usinas da Companhia. O valor total discutido nas ações com risco de perda provável e possível, em 31 de dezembro de 2019, alcança o montante de R\$ 124.489 (R\$ 588.557 em 31/12/2018).

20.8 Ações cíveis/desapropriações – Empresas cindidas

Existem ações em curso contra a Companhia discutindo questões relacionadas às usinas, obrigações e questões judiciais de empreendimentos atualmente sob responsabilidade das empresas AES Tietê, Duke Energy e CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (cindidas da Companhia).

O valor total discutido nas ações com risco de perda provável e possível, em 31 de dezembro de 2019, alcança o montante de R\$ 123.057 (R\$ 136.863 em 31/12/2018).

20.9 Acordo extrajudicial com o Ministério Público e Prefeituras de Mato Grosso do Sul

Em 30 de junho de 2018, a Companhia alcançou um Acordo com o Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul e Prefeituras dos Municípios de Anaurilândia, Bataguassu, Batayporã, Brasilândia, Santa Rita do Pardo e Três Lagoas, todos da região de influência do reservatório de Porto Primavera, no Estado do Mato Grosso do Sul.

O Acordo objetiva extinguir ações judiciais movidas por aquelas Instituições contra a Companhia, e também as obrigações ambientais previstas nos Instrumentos Particulares de Composição Amigável – IPCA's 1998 e no Termo de Ajustamento de Conduta – TAC 2001, substituindo-as pelo compromisso da Companhia em cumprir todas as condicionantes da Licença de Operação nº 121/2000 – 2ª Renovação, emitida em 23 de maio de 2018 pelo IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

Pelo Acordo, assinado em junho de 2018, o Estado do Mato Grosso do Sul fica autorizado a levantar o valor dos depósitos judiciais existentes, no montante total de R\$ 583.247. As partes outorgaram à Companhia quitação plena, rasa, geral, irrevogável e irretirável de todas as obrigações previstas no Instrumento de acordo, ficando vedada toda e qualquer discussão em juízo ou fora dele, acerca de indenizações, ressarcimentos, obrigações de fazer, pleitos de perdas e danos emergentes, lucros cessantes ou despesa a qualquer título.

O acordo extingue ações judiciais movidas pelo Ministério Público do Mato Grosso do Sul e referidas Prefeituras, que, encontravam-se classificadas da seguinte forma no momento do acordo:

	30/6/2018			
	Ativo	Passivo		Resultado
	Cauções e Depósitos	Contingência	Outros passivos	
Ambiental	(583.175)	935.042		351.867
Cível	(72)	53.634		53.562
	(583.247)	988.676		405.429
P.M. Bataguassu			2.000	(2.000)
Estado do MS			50.000	(50.000)
	(583.247)	988.676	52.000	353.429



Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21. Outros passivos

	2019	2018
Circulante		
Fundação CESP (Nota 23)	564	
Acordo judicial trabalhista		1.584
Acordo extrajudicial Estado do MS	5.440	5.159
Acordo judicial - desapropriação saldos a pagar	57.346	
Provisão para serviços	8.940	
Adiantamentos diversos	5.157	
Provisão para despesas do fundo de educação	6.001	
Outros	4.590	2.918
	88.038	9.661
Não circulante		
Acordo extrajudicial Estado do MS	38.078	41.272
Provisão de honorários <i>ad exitum</i>		8.973
Reserva Global de Reversão - RGR (amortização/reversão)	13.709	14.553
Provisão PIS/COFINS sobre atualização depósitos judiciais	3.182	9.229
	54.969	74.027
	143.007	83.688

22. Obrigações socioambientais

22.1 Política contábil

Os custos socioambientais relativos à Licença de Operação ("LO") Nº 121/2000 da UHE Porto Primavera renovada em 2018 são relacionados a atividades de monitoramento e conservação das áreas próximas as instalações da UHE incluindo reflorestamento e programas sociais. Para esses custos é elaborada a melhor estimativa para os desembolsos futuros, trazida a valor presente e registrada em contrapartida do ativo imobilizado. Esses custos serão amortizados pelo prazo da licença de operação (10 anos).

O passivo ambiental deve ser reconhecido quando existe obrigação por parte da Companhia que incorreu em custo ambiental ainda não desembolsado, desde que atenda ao critério de reconhecimento como uma obrigação. Portanto, esse tipo de passivo é definido como sendo uma obrigação presente da Companhia que surgiu de eventos passados. Essas obrigações são relativas aos Termos de ajuste de conduta ("TAC") firmados com Ministério Público e que não estão contidas nas condicionantes da Licença de Operação.

22.2 Composição

	2019	2018
Circulante		
Licença ambiental	19.297	
Termo de ajuste de conduta (TAC)	4.177	
	23.474	
Não circulante		
Licença ambiental	127.010	69.745
Termo de ajuste de conduta (TAC)	37.526	3.170
	164.536	72.915
	188.010	72.915



Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22.3 Movimentação

	2019			Total passivo
	Ativo	Provisão para obrigações socioambientais	(-) Ajuste a valor presente	
	Ativo imobilizado (Nota 14)			
Saldo inicial		72.915		72.915
Reversão		(14.835)		(14.835)
Adoção inicial - licença ambiental	157.936	193.459	(35.523)	157.936
Amortização	(15.794)			-
Pagamentos		(16.966)		(16.966)
Ajuste a valor presente - TAC			(11.040)	(11.040)
Saldo final	142.142	234.573	(46.563)	188.010

	2018	
	Provisão para obrigações socioambientais	Total passivo
Saldo inicial	104.895	104.895
Reversão	(29.353)	(29.353)
Pagamentos	(2.627)	(2.627)
Saldo final	72.915	72.915

23. Transações com partes relacionadas

23.1 Política contábil

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia em condições estritamente comutativas, observando-se os preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia.

23.2 Composição

Empresas	Nota	Natureza da operação	Ativo		Passivo		Resultado
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	
Votener - Votorantim Comercializadora de Energia Ltda.	5 e 15	Compra e venda de energia	3.931		2.121		31.838
Votorantim S.A.		Serviços compartilhados			1.517		(1.719)
Eletrobras - Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	16	Empréstimos			33		(115)
Funcesp - Fundação CESP	17	Entidade de previdência	8.824		564		(13.488)
Banco Votorantim		Instrumentos financeiros derivativos	8.408	5.743		8.890	682

Empresas	Nota	Natureza da operação	Ativo		Passivo		Resultado
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	
Votener - Votorantim Comercializadora de Energia Ltda.	5 e 15	Venda de Energia	4.608				4.608
Eletrobras - Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	16	Empréstimos			4.721	33	(431)
Funcesp - Fundação CESP	17	Entidade de previdência					(10.330)

23.3 Remuneração do pessoal chave da Administração

A remuneração da Administração da Companhia, que inclui Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal, foi no montante de R\$ 6.900 no exercício de 2019 (R\$ 2.238 em 31/12/2018), sendo R\$ 5.902 relacionado às remunerações fixa e variável (R\$ 1.820 em 31/12/2018) e R\$ 998 referente a encargos sociais (R\$ 418 em 31/12/2018).



Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24. Patrimônio líquido

24.1 Capital social

O capital social integralizado de R\$ 5.975.433 está dividido em 109.167.801 ações ordinárias (CESP3), 7.386.323 ações preferenciais classe A (CESP5) e 210.948.549 ações preferenciais classe B (CESP6). O capital social pode ser aumentado, conforme o estatuto social, até o limite máximo de R\$ 17.926.300, mediante deliberação do Conselho de Administração.

Os principais acionistas da Companhia, em 31 de dezembro de 2019, são os seguintes:

	Quantidades de Ações - Em Unidades							
	Ordinárias	Preferenciais Classe A		Preferenciais Classe B		Total		
		%	%	%	%		%	
Acionistas								
VTRM Energia e Participações S/A	51.045.879	46,76			14.464.166	6,86	65.510.045	20,00
SF Ninety Two Participações Societárias S/A	51.045.876	46,76			14.464.134	6,86	65.510.010	20,00
	102.091.755	93,52			28.928.300	13,72	131.020.055	40,00
Outros								
Ações em tesouraria	3		1		2.560		2.564	
Ações em circulação	7.076.043	6,48	7.386.322	100,00	182.017.689	86,28	196.480.054	60,00
	7.076.046	6,48	7.386.323	100,00	182.020.249	86,28	196.482.618	60,00
	109.167.801	100,00	7.386.323	100,00	210.948.549	100,00	327.502.673	100,00
Capital social integralizado por ações em R\$ Mil	1.991.815		134.767		3.848.851		5.975.433	

24.1.1 Direitos das ações

(a) As ações preferenciais classe A têm as seguintes características:

- A prioridade no reembolso de capital, sem direito a prêmio no caso de liquidação da Companhia;
- Dividendo prioritário anual, não cumulativo, de 10% (dez por cento), calculado sobre o valor do capital social integralizado representado por ações preferenciais classe A, a ser rateado igualmente entre estas;
- Direito de indicar, juntamente com as ações preferenciais classe B, um membro do Conselho Fiscal e respectivo suplente, escolhidos pelos titulares das ações, em votação em separado;
- Direito de participar dos aumentos de capital, decorrentes da capitalização de reservas e lucros, em igualdade de condições com as ações ordinárias e as ações preferenciais classe B; e
- Serão irredimíveis.

(b) As ações preferenciais classe B têm as seguintes características:

- Direito ao recebimento de um valor por ação correspondente a 100% (cem por cento) do valor pago por ação ao acionista controlador alienante na hipótese de alienação do controle da Companhia;
- Direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias da distribuição do dividendo obrigatório atribuído a tais ações nos termos deste estatuto social;
- Direito de indicar, juntamente com as ações preferenciais classe A, um membro do Conselho Fiscal e respectivo suplente, escolhidos em votação em separado;
- Direito de participar dos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas e lucros, em igualdade de condições com as ações ordinárias e as ações preferenciais classe A;
- Não terão direito a voto e não adquirirão esse direito mesmo na hipótese de não pagamento de dividendos; e
- Serão irredimíveis.

(c) A cada ação ordinária corresponderá um voto nas deliberações da Assembleia Geral, exceto no caso previsto no Parágrafo Primeiro em relação a eleição de membros do Conselho de Administração.

(d) Conforme disposto no artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, os acionistas, observadas as disposições legais e as condições previstas, poderão converter (I) ações preferenciais classe A em ações ordinárias e em ações preferenciais classe B e (II) ações ordinárias em ações preferenciais classe A e em ações preferenciais classe B, em ambos os casos, desde que integralizadas. As ações preferenciais classe B da Companhia são inconversíveis.



Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24.2 Reservas de capital

	2019	2018
Remuneração das Imobilizações em andamento - Capital Próprio	1.929.098	1.929.098

Montante remanescente de créditos resultantes da capitalização da remuneração sobre recursos próprios utilizados durante a construção do ativo imobilizado, calculada até 31 de dezembro de 1998, aplicada às obras em andamento.

24.3 Reserva de lucros

	2019	2018
Reserva legal (a)	171.751	113.600
Reserva estatutária (b)	506.805	405.546
Reserva de lucros a realizar (c)		35.442
Reserva de retenção de lucros (d)	406.327	
	1.084.883	554.588

- (a) A Reserva legal será constituída através da retenção de 5% do lucro do exercício social, até o limite de 20% do Capital social
- (b) A Reserva estatutária poderá ser constituída pela retenção de até 20% do saldo após já calculados os dividendos obrigatórios de 10% do capital social, conforme deliberação da Assembleia Geral;
- (c) Na Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30 de abril de 2010, foi aprovada a proposta de constituição da Reserva de lucros a realizar, tendo em vista que:
- O Lucro líquido do exercício de 2009, de R\$ 763 milhões, foi fortemente influenciado pelo resultado financeiro positivo de receitas de variações cambiais no montante de R\$ 665 milhões. Deste lucro, a parcela de R\$ 580 milhões referia-se a variações cambiais não realizadas financeiramente, devido à existência de passivos de longo prazo. O reconhecimento dessa receita não implicou em ingresso de caixa e constituiu-se em resultado não realizado. A realização desta ocorreu por ocasião do pagamento das parcelas de principal dos empréstimos e financiamentos a cada exercício e foi 100% realizada em 2019, em conformidade com o inciso III, do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.
 - A Reserva de lucros a realizar acima citada foi constituída com base no Parecer de Orientação CVM nº 13/1987 e a Circular CVM/SNC/SEP nº 1/2006, e Inciso II, do artigo 197 da Lei nº 6.404/76, referente às parcelas de variações cambiais a se realizaram até 2019.
- (d) O saldo do lucro que não tenha destinação compulsória a outras reservas e que não seja destinado ao pagamento de dividendos é destinado a esta reserva.

24.4 Ajuste de avaliação patrimonial (*deemed cost*)

De acordo com o ICPC 10, em 1º de janeiro de 2009, o efeito líquido da variação do valor do ativo imobilizado (incremento para alguns ativos, e decréscimo para outros), pela adoção do custo atribuído (Nota 14.5), líquido do imposto de renda e da contribuição social diferida, foi registrado no patrimônio líquido, na conta de "Ajustes de avaliação patrimonial". A depreciação é contabilizada na rubrica de "Lucros acumulados" e eventual baixa do ajuste a valor justo do imobilizado é reconhecida no resultado.

	Imobilizado	Impostos diferidos	Patrimônio líquido
Saldo inicial em 1/1/2019	(1.479.926)	503.174	(976.752)
Realização no exercício (depreciação)	40.852	(12.723)	28.129
Saldo final em 31/12/2019	(1.439.074)	490.451	(948.623)

24.5 Outros resultados abrangentes

A partir da adoção do CPC 33 (R1) - Benefício a empregados, os ganhos e perdas atuariais passaram a ser reconhecidos no patrimônio líquido.

A parte do ganho ou perda resultantes de instrumentos de *hedge* determinada como eficaz é reconhecida diretamente como outros resultados abrangentes (Nota 29.5)



Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24.5.1 Movimentação

	2019	2018
Saldo inicial	(380.301)	(370.669)
<i>Hedge Accounting</i> operacional		
Provisão de <i>Hedge Accounting</i> operacional	38.638	
(-) IRPJ e CSLL diferidos	(13.137)	
	25.501	
Ajuste CPC 33 (R1) no exercício	(541.086)	(9.632)
Saldo final	(895.886)	(380.301)

24.6 Proposta de destinação do resultado

Conforme Estatuto da Companhia, havendo lucro suficiente, é assegurado aos acionistas a distribuição de dividendo anual obrigatório correspondente a 10% do capital social. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários.

Na apuração do lucro líquido ajustado para fins de distribuição de dividendos são considerados: i) o montante destinado para Reserva Legal, ii) a realização da mais valia dos ativos apurada na data de transição para as normas internacionais de contabilidade, registrada na rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido, e iii) a realização da reserva de lucros a realizar.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados no prazo de três anos são revertidos para o patrimônio líquido da Companhia. Relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, está sendo proposta a destinação do dividendo anual obrigatório de R\$ 597.543 e dividendo adicional de R\$ 8.337.

Com base na projeção de fluxo de caixa da Companhia e em linha com o objetivo de dar continuidade a estratégia de redução do contencioso além de manter uma estrutura de capital adequada ao seu planejamento estratégico, a administração propõe destinar o saldo remanescente do lucro líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, no montante de R\$ 405.037 à Reserva de Retenção de Lucros, conforme orçamento de capital, cuja aprovação será submetida aos acionistas, nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/76 e alterações posteriores.

24.6.1 Cálculo

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	1.163.014	294.433
(-) Reserva legal - 5%	(58.151)	(14.722)
(-) Ajuste de avaliação patrimonial	(28.129)	(20.893)
(+) Reversão da reserva de lucros a realizar	35.442	38.482
Lucro ajustado do exercício (Saldo para distribuição de dividendos)	1.112.176	297.300
(-) Dividendos obrigatórios (10% do capital social)	(597.543)	(297.300)
(-) Dividendos adicionais	(8.337)	
(=) Saldo de lucros acumulados	506.296	
(-) Reserva estatutária (Expansão - Art 33. IV Estatuto Social)	(101.259)	
(-) Retenção de lucros	(405.037)	
(=) Saldo		

24.6.2 Lucro por ação

	2019	2018
Lucro líquido do exercício (a)	1.163.014	294.433
Quantidade de ações, em milhares (b)	327.503	327.503
Lucro por ação (a / b)	3,5512	0,8990



Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia não tem instrumentos patrimoniais ou contratos com efeito diluidor, logo, o lucro por ação diluído nos exercícios de 2018 e 2019 é igual ao lucro básico por ação informado acima.

24.6.3 Dividendos por ação

	2019	2018
Dividendos a distribuir (a)	605.880	297.300
Quantidade de ações, em milhares (b)	327.500	327.500
Dividendo por ação (a / b)	1,8500	0,9078

A diferença entre a quantidade de ações no cálculo de lucro por ação e dividendos por ação refere-se às ações em tesouraria.

	2019	
	Dividendos	Dividendo por ação
Ações ordinárias - ON	201.962	R\$ 1,8500
Ações preferenciais classe A - PNA	13.665	R\$ 1,8500
Ações preferenciais classe B - PNB	390.253	R\$ 1,8500
	605.880	

	2018	
	Dividendos	Dividendo por ação
Ações ordinárias - ON	96.791	R\$ 0,8866
Ações preferenciais classe A - PNA	13.477	R\$ 1,8245
Ações preferenciais classe B - PNB	187.032	R\$ 0,8866
	297.300	

25. Receita

25.1 Política contábil

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e (iii) critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

O Processo de Comercialização de Energia Elétrica ocorre de acordo com parâmetros estabelecidos pela Lei nº 10.848/04, pelos Decretos nºs 5.163/04 e 5.177/04 (o qual instituiu a CCEE), e pela Resolução Normativa ANEEL nº 109/04, que instituiu a Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

As relações comerciais entre os Agentes participantes da CCEE são regidas predominantemente por contratos de compra e venda de energia de médio e longo prazo, e todos os contratos celebrados entre os Agentes no âmbito do SIN devem ser registrados na CCEE. A Companhia opera nos seguintes segmentos de energia elétrica:

a) Mercado livre – Consumidores livres – Industrial

Venda de energia a preço e condições livremente negociados a consumidores livres – grandes consumidores finais que optaram em não adquirir energia dos distribuidores locais, e com os quais a Companhia mantém contratos de fornecimento.

b) Mercado livre – Agentes comercializadores

Refere-se à venda direta de energia a empresas comercializadoras em contratos livremente negociados.

c) Mercado regulado – Leilões de energia – Distribuidoras



Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Neste segmento a Companhia vende sua energia às concessionárias de Distribuição, mediante leilões organizados pelo Poder Concedente por meio de contratos de fornecimento de médio e longo prazo.

d) Energia de curto prazo

A CCEE contabiliza as diferenças entre as quantidades de energia produzida, consumida e contratada. As diferenças positivas ou negativas são liquidadas e valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças – PLD.

Integram o Mercado de Curto Prazo as quantidades processadas no âmbito do Mecanismo de Realocação de Energia, mecanismo de compartilhamento dos riscos hidrológicos associados à otimização eletro energética do SIN, de modo que a energia que um agente integrante do MRE deixa de produzir é realizada por outro agente e os volumes são remunerados pela tarifa de otimização de energia, suficiente para cobrir os custos variáveis.

25.2 Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR's e atualização de preços (não auditado)

A Companhia mantém contratos com 33 distribuidoras para o suprimento de energia, em decorrência dos leilões realizados. Esses contratos têm cláusula de atualização de preços com base na variação do IPCA, aplicada nas datas de reajustes das distribuidoras pela ANEEL, conforme segue:

Reajustes em 2019	Mês do Reajuste	Produtos e Preços R\$/MWh		Reajuste no ano (%)
		2009 a 2038	2010 a 2039	
Concessionárias				
Energisa Borborema	Fevereiro	248,39	234,11	3,78
Ampla, CPFL Jaguari	Março	249,46	235,12	3,89
Light	Março	249,46	235,12	3,89
Enersul, Cemat, CPFL Paulista, AES Sul, Coelba, Cosern, Coelce, Energisa SE e Celpe	Abril	251,33	236,88	4,58
Cemig	Maió	252,77	238,23	4,94
RGE e Copel	Junho	253,09	238,54	4,66
Energisa Sul-Sudeste	Julho	234,58	221,09	4,17
Celtins e Eletropaulo	Julho	234,58	221,09	3,00
Celpa, EDP ES, Celesc, Elektro Redes, Celmar e Energisa PB	Agosto	253,60	239,02	3,22
Ceal	Setembro	253,88	239,28	3,43
CEB, CELG, CPFL Piratininga e EDP São Paulo	Outubro	253,78	239,18	2,89
CEEE	Novembro		239,42	2,54
CEPISA	Dezembro	255,33	240,65	3,28

Reajustes em 2018	Mês do Reajuste	Produtos e Preços R\$/MWh		Reajuste no ano (%)
		2009 a 2038	2010 a 2039	
Concessionárias				
Energisa Borborema	Janeiro	239,35	225,59	2,86
Ampla, Light, CPFL Jaguari	Fevereiro	240,12	226,31	2,84
Energisa MT, CPFL Paulista, Energisa MS, RGE Sul, Coelba, Coelce, Cosern, Celpe, Energisa SE	Março	240,34	226,52	2,68
Cemig	Maió	240,87	227,01	2,76
Copel e RGE	Junho	241,83	227,91	2,86
Energisa TO, Energisa Sul-Sudeste e Eletropaulo	Julho	244,88	230,79	4,39
Celesc, Celpa, EDP ES, Elektro, Cemar e Energisa PB	Agosto	245,68	231,56	4,48
Ceal	Setembro	245,46	231,35	4,19
CEB, ENEL GO	Outubro	246,64	232,46	4,53
EDP São Paulo e Piratininga	Outubro	246,64	232,46	4,53
CEEE	Novembro	247,75	233,50	4,56
CEPISA	Dezembro	247,23	233,01	4,94



Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25.3 Energia vendida

No quadro a seguir é apresentada a energia vendida no período, bem como a quantidade e valores da sua distribuição por classe de consumo e por ambiente de comercialização:

	MWh (*)		R\$ Mil		R\$/MWh (Médio) (*)	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Mercado livre						
Consumidores livres - Industrial	4.003.535	4.413.669	785.746	788.540	196,26	178,66
Agentes comercializadores	2.664.651	2.913.143	487.660	552.474	183,01	189,65
	6.668.186	7.326.812	1.273.406	1.341.014	190,97	183,03
Mercado regulado						
Leilões de energia - Distribuidores de energia	2.015.034	2.014.800	481.588	463.076	239,00	229,84
Energia de curto prazo	2.655.837	2.228.694	72.235	120.648	27,20	54,13
	4.670.871	4.243.494	553.823	583.724	118,57	137,56
	11.339.056	11.570.306	1.827.229	1.924.738	161,14	166,35

(*) Informação não auditada pelos auditores independentes.

25.4 Receita líquida

Conciliação entre a receita bruta para finalidades fiscais e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado:

	2019	2018
Receita bruta		
Receitas com energia		
Consumidores livres - Industrial	785.746	788.540
Agentes comercializadores	487.660	552.474
Leilões de energia - Distribuidores de energia	481.588	463.076
Energia de curto prazo	72.235	120.648
	1.827.229	1.924.738
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 29.5)	685	
Outras receitas	2.585	2.581
	3.270	2.581
	1.830.499	1.927.319
Deduções à receita		
Quota para a reserva global de reversão - RGR	(26.304)	(54.714)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(15.631)	(16.319)
Imposto sobre serviços - ISS	(120)	(132)
COFINS sobre receitas operacionais	(135.032)	(140.460)
PIS sobre receitas operacionais	(29.316)	(30.493)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	(48.801)	(48.063)
Taxa de Fiscalização do Setor Elétrico - TFSE	(3.999)	(3.028)
	(259.203)	(293.209)
Receita líquida	1.571.296	1.634.110



Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26. Custos e despesas

Natureza dos custos e despesas	2019				Total
	Custo com energia elétrica	Custo com operação	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	
Energia comprada	(541.111)				(541.111)
Encargos setoriais	(126.606)				(126.606)
Pessoal		(21.580)	(84.745)		(106.325)
PDV - Programa de Demissão Voluntária (Nota 1.2 (b))		(9.883)	(101.199)		(111.082)
Administradores			(6.900)		(6.900)
Entidade de previdência a empregados			(13.488)		(13.488)
Materiais		(2.985)	(1.586)		(4.571)
Serviços de terceiros		(13.245)	(33.184)		(46.429)
Depreciação e amortização		(371.319)	(7.875)	(371)	(379.565)
Outros encargos - ONS/CCEE			(1.672)	(450)	(2.122)
Aluguéis		(46)	(1.540)		(1.586)
Reversão da diferença de quotas RGR 2018 e 2017 (Nota 1.2 (i))				23.152	23.152
Reversão de provisão para redução ao valor realizável de almoxarifados				8.053	8.053
Reversão de provisão para litígios (Nota 20)				331.952	331.952
Reversão de PIS/COFINS sobre atualização de depósitos judiciais				6.048	6.048
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				2.440	2.440
Reversão de impairment de ativo imobilizado (Nota 14)				120.405	120.405
Ajuste ativo contingente - Ilha Solteira e Jupia (Nota 12)				(230.040)	(230.040)
Reversão de provisão para obrigações socioambientais (Nota 22)				14.835	14.835
Custos retardatários				(2.099)	(2.099)
Outras despesas, líquidas		(5.240)	(10.968)	(6.643)	(22.851)
Total	(667.717)	(424.298)	(263.157)	267.282	(1.087.890)

Natureza dos custos e despesas	2018 (Reapresentado)				Total
	Custo com energia elétrica	Custo com operação	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	
Energia comprada	(751.603)				(751.603)
Encargos setoriais	(114.509)				(114.509)
Pessoal		(24.570)	(116.324)		(140.894)
Administradores			(2.238)		(2.238)
Entidade de previdência a empregados			(10.330)		(10.330)
Materiais		(2.839)	(1.789)		(4.628)
Serviços de terceiros		(23.330)	(35.916)		(59.246)
Depreciação e amortização		(308.993)	(6.377)	(975)	(316.345)
Outros encargos - ONS/CCEE			(865)		(865)
Aluguéis			(4.640)		(4.640)
Execução Acordo MPMS				(52.000)	(52.000)
Reversão de provisão para redução ao valor realizável de almoxarifados				3.370	3.370
Honorários <i>ad exitum</i>				(532)	(532)
Provisão honorários <i>ad exitum</i>				(8.973)	(8.973)
Reversão de impairment de ativo imobilizado (Nota 14)				62.652	62.652
Reversão de provisão para litígios (Nota 20)				410.186	410.186
Reversão de PIS/COFINS sobre atualização de depósitos judiciais				9.873	9.873
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				367	367
Reversão de provisão para obrigações socioambientais (Nota 22)				29.353	29.353
Custos retardatários				(2.927)	(2.927)
Outras despesas, líquidas		(6.435)	(3.715)	(10.878)	(21.028)
Total	(866.112)	(366.167)	(182.194)	439.516	(974.957)



Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26.1 Energia comprada e encargos setoriais

	2019	2018
Energia comprada		
CCEE	(88.588)	(42.879)
Provisão CCEE		(8.897)
Líquido CCEE	(88.588)	(51.776)
Energia proveniente do MRE		(1.239)
Prêmio repactuação do risco hidrológico (Nota 13)	(15.021)	(15.021)
Energia comprada para revenda	(437.502)	(683.567)
	(541.111)	(751.603)
Uso da rede elétrica		
Conexão - CTEEP	(55)	(61)
Rede Básica	(126.551)	(114.448)
	(126.606)	(114.509)
	(667.717)	(866.112)

27. Resultado financeiro

27.1 Política contábil

a) Receitas (despesas) financeiras

Compreendem os valores de juros sobre empréstimos e sobre aplicações financeiras, variação monetária e cambial ativa e passiva e descontos diversos que são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência.

b) Variação cambial

As transações em moeda estrangeira são reconhecidas contabilmente, no momento inicial, pela moeda funcional, mediante a aplicação da taxa de câmbio à vista entre a moeda funcional e a moeda estrangeira, na data da transação, sobre o montante em moeda estrangeira.

Ao término de cada período de reporte os itens monetários em moeda estrangeira são convertidos, utilizando-se a taxa de câmbio de fechamento. As variações cambiais advindas da liquidação de itens monetários ou da conversão de itens monetários por taxas diferentes daquelas pelas quais foram convertidos quando da mensuração inicial, durante o período ou em demonstrações financeiras anteriores, são reconhecidas na demonstração do resultado no período em que surgirem.



Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2019	2018 (Reapresentado)
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	64.345	27.903
Atualização de levantamento de depósitos judiciais	5.378	10.917
Atualização do saldo de depósitos judiciais	9.647	25.585
Ajuste CPC 33		12.960
Outras receitas financeiras	344	766
(-) PIS e COFINS sobre resultado financeiro	(5.455)	(2.427)
	<u>74.259</u>	<u>75.704</u>
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas		
Moeda estrangeira	(7.528)	(23.254)
Moeda nacional	(135.187)	(530)
	<u>(142.715)</u>	<u>(23.784)</u>
Imposto sobre operações financeiras	(230)	(747)
Atualização P&D - projetos	(1.117)	(2.240)
Encargos acordo MP/MS		(6.506)
Atualização sobre acordos judiciais	(2.556)	(1.577)
Atualização do saldo de provisão para litígios	(272.245)	(361.782)
Ajuste a valor presente sobre obrigações socioambientais	11.040	
Ajuste a valor presente sobre UBP - Uso do bem público	(5.870)	
Outros encargos	(4.811)	(1.571)
	<u>(275.789)</u>	<u>(374.423)</u>
	<u>(418.504)</u>	<u>(398.207)</u>
Variações cambiais, líquidas	(2.809)	(52.364)
Resultado financeiro	<u>(347.054)</u>	<u>(374.867)</u>

28. Imposto de renda e contribuição social – resultado

28.1 Política contábil

A Companhia apura mensalmente o Imposto de Renda e a Contribuição Social, com base em balancete de suspensão ou redução, em que são consideradas as adições/exclusões (temporárias ou permanentes) previstas na legislação, bem como as variações cambiais líquidas (positivas/negativas) sobre empréstimos e financiamentos, face à opção pelo regime de caixa para tributação dessas variações.

28.2 Conciliação da despesa tributária com a alíquota nominal

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado dos períodos findos em 31 de dezembro apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal brasileira:



Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2019	2018
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	136.454	284.286
Alíquota nominal	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados à alíquota nominal	(46.394)	(96.657)
Ajustes para apuração do IRPJ e da CSLL efetivos		
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes		
Dividendos recebidos		1
Outras exclusões permanentes, líquidas	(7.184)	(4.968)
	(7.184)	(4.967)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre itens sem constituição de tributos diferidos		
Prejuízo fiscal e base negativa	(96.075)	(180.559)
Outras adições temporárias, líquidas	136.578	292.330
	40.503	111.771
Constituição de IRPJ e CSLL diferidos conforme teste de impairment (Nota 10)	1.039.635	
IRPJ e CSLL apurados	1.026.560	10.147
IRPJ e CSLL no resultado		
Diferidos	1.026.560	10.147
	1.026.560	10.147

29. Instrumentos financeiros e gestão de risco

O negócio da Companhia compreende principalmente a geração de energia para venda a grandes consumidores e comercializadoras (mercado livre) e empresas concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica (mercado regulado). Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os valores de mercado dos principais instrumentos financeiros aproximavam-se dos valores contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	2019	2018
Ativos financeiros		
Avaliados ao custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	690.276	410.886
Contas a receber (Nota 5)	198.930	240.802
Ativo sujeito à indenização (Nota 12)	1.719.390	1.949.430
	2.608.596	2.601.118
Avaliados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 29.5) - Nível 2	39.943	
	39.943	
	2.648.539	2.601.118
Passivos financeiros		
Avaliados ao custo amortizado		
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 16)	1.784.125	215.636
	1.784.125	215.636

A divulgação das mensurações do valor justo dos ativos avaliados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes segue a seguinte hierarquia de mensuração:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);

Nível 3 - Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis).



Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29.1 Índice de endividamento

Índice de endividamento	2019	2018
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 16)	1.784.125	215.636
Arrendamento mercantil (Nota 3)	7.208	
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	(690.276)	(410.886)
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 29.5)	(39.943)	
Dívida líquida	1.061.114	(195.250)
Patrimônio líquido	7.144.905	7.102.066
Índice de endividamento líquido	14,85%	-2,75%

A tabela abaixo apresenta os passivos financeiros da Companhia por faixas de vencimento, correspondente ao exercício remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Vencimentos				
	1 ano	2 anos	5 anos	Mais de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2019					
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 16)	3.002		1.331.123	450.000	1.784.125
	3.002		1.331.123	450.000	1.784.125
Em 31 de dezembro de 2018					
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 16)	214.556		33	1.047	215.636
	214.556		33	1.047	215.636

29.2 Risco de taxa de câmbio

A Companhia tem exposição em seu resultado operacional decorrente de contratos de venda de energia vinculados à taxa do dólar. Esta exposição é mitigada por meio de operações de Hedge, conforme Nota 29.5.

29.3 Risco de taxa de juros / inflação

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures captados. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição da modalidade de suas dívidas.

Passivos vinculados às taxas	2019	2018
Moeda nacional		
Taxa fixa	33	4.754
CDI	1.784.092	
Moeda estrangeira		
UMBNDDES		209.743
LIBOR		1.139
	1.784.125	215.636

A Companhia considera que o risco de estar passiva em contratos que, além de taxa fixa e "spread", tenham custos atualizados com taxas de juros pós-fixadas, é a elevação destas taxas e consequente aumento das despesas financeiras relativa ao passivo captado (Nota 16).

29.4 Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Companhia como baixo, tendo em vista: (i) para recebíveis decorrentes da receita do mercado regulado – o concentrado número de seus clientes, a existência de garantias contratuais, o fato de serem concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia sob fiscalização federal, inclusive sujeitas à intervenção da concessão, e por não haver histórico de perdas significativas na realização de seus recebíveis; e (ii) para recebíveis decorrentes da receita do mercado livre – o concentrado número e o porte empresarial de seus clientes, a análise prévia de crédito e a existência de garantias contratuais de no mínimo dois meses de faturamento.



Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Além disso, os instrumentos financeiros derivativos e as aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição a risco de crédito de contrapartes e emissores financeiros. A Companhia tem como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação em uma das seguintes agências de rating: Fitch Ratings, Moody's ou Standard & Poor's, sendo rating nacional igual ou melhor que A (ou A2), ou rating em escala global igual ou melhor que BBB- (ou Baa3). Para casos cujos emissores não atendem as classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, são aplicados, como alternativa, critérios aprovados pelo Conselho de Administração.

Em 31 de dezembro de 2019, a Administração da Companhia entende que não existem situações de exposição de risco de créditos que pudessem afetar, de forma significativa, suas operações e resultados futuros.

29.4.1 Qualidade de crédito dos ativos financeiros

A tabela a seguir reflete a qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes em operações de caixa e equivalentes de caixa e instrumentos financeiros derivativos.

	Rating local	
	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa		
AAA	389.057	240.603
AA+	172.195	3.057
AA	128.147	167.162
Sem rating	877	64
	690.276	410.886
Instrumentos financeiros derivativos		
AAA	9.442	
AA	16.350	
AA-	14.151	
	39.943	
	730.219	410.886

Os ratings decorrentes de classificação local e global foram extraídos de agências de rating (Standard&Poor's ("S&P"), Moody's, e Fitch Ratings). Para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura da S&P e Fitch Ratings.

29.5 Instrumentos financeiros derivativos

29.5.1 Política Contábil

Em 30 de agosto de 2019, o conselho de administração da Companhia aprovou a celebração de um programa de NDF - *Non Deliverable Forward* em dólares (venda de moeda estrangeira), na modalidade de balcão, com o objetivo de proteger até 95% da exposição cambial até dezembro de 2021. Esta exposição decorre de contratos de venda de energia com cláusula de ajuste vinculada à taxa do dólar.

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são subsequentemente mensurados ao valor justo. Derivativos são usados apenas para fins de mitigação de risco e não como investimentos especulativos. Quando os derivativos não atendem aos critérios de contabilização de hedge, são classificados como mantidos para negociação e contabilizados pelo valor justo por meio do resultado.

Os derivativos contratados pela Companhia são considerados como *hedge* de fluxo de caixa, relacionados a uma transação prevista altamente provável (receita de venda de energia). A parcela efetiva das alterações no valor justo é reconhecida no patrimônio líquido na linha de "Outros resultados abrangentes" e é subsequentemente reclassificada para o resultado no mesmo período em que os fluxos de caixa esperados protegidos afetam a demonstração de resultado. Ganhos ou perdas relacionadas à parcela não efetiva são imediatamente reconhecidos no resultado do período

29.5.2 Controles internos e operacionais sobre contratação de operações financeiras

Com o objetivo de gerenciar os riscos associados a cada estratégia e a cada negociação com instituições financeiras, as operações financeiras de qualquer natureza são aprovadas pela Diretoria, podendo ser aprovadas previamente pelo Conselho de Administração, nas condições estabelecidas no estatuto social da Companhia. A Companhia documenta, no início da operação de *hedge*, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, bem como seus objetivos e estratégia de gerenciamento de risco para a



Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

realização das operações de *hedge*. A Companhia também documenta sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, se os derivativos usados em operações de *hedge* e contabilizados como *hedge accounting* são altamente eficazes na compensação de mudanças no valor justo ou fluxo de caixa de itens cobertos.

29.5.3 Composição

	Valor Principal	Unidade	Impacto no resultado operacional	Δ Valor justo Outros resultados abrangentes	Ganho (perda) realizado	Valor justo em 31 de dezembro de 2019
	2019					
Programas						
Hedge de operações de venda de energia						
Non Deliverable Forward	231.000	USD Milhares	685	38.638	(620)	39.943
	231.000		685	38.638	(620)	39.943

29.6 Valorização dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia em 31 de dezembro de 2019 são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/avaliação:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras. O valor de mercado desses ativos não difere dos valores demonstrados no balanço patrimonial da Companhia.

b) Contas a receber

Energia Livre e Energia de Curto Prazo: estes créditos decorrem basicamente de energia livre durante o período de racionamento e transações realizadas no âmbito da atual Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e foram registrados e valorizados com base nas informações disponibilizadas, baseados nos preços vigentes durante o ano na CCEE. Não houve transações relacionadas com estes créditos ou débitos que pudessem afetar sua classificação e valorização na data destas demonstrações financeiras.

c) Investimentos

Estão registrados ao custo de aquisição, sendo constituída provisão para sua redução a valor de mercado, quando requerido ou aplicável. O valor de mercado dos demais investimentos se aproxima de seus valores contábeis.

d) Empréstimos, financiamentos e debêntures

A Companhia possui ativos e passivos mensurados ao valor justo através do resultado, e outros passivos financeiros não mensurados ao valor amortizável, os quais podem ser comparados aos valores de captação de mercado.

Nas operações específicas do setor elétrico, financeiras subsidiadas e de renegociação, sem similar no mercado e com pouca liquidez, a Companhia assumiu que o valor de mercado é representado pelo respectivo valor contábil, em função das incertezas existentes presentes nas variáveis que deveriam ser consideradas na criação de um modelo de precificação.

A estimativa do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi elaborada através de modelo de precificação, aplicado individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado. O valor de mercado de um título, portanto, corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva DI Pré Bovespa (juros de mercado em reais), como segue:

	2019	
	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos, financiamentos e debêntures - Moeda nacional		
Debêntures (a)	1.784.092	1.843.138
Eletrobrás (RGR e IRD)	33	36
	1.784.125	1.843.174



Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

e) Instrumentos financeiros derivativos

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado mediante o cálculo do seu valor presente através de curvas de rentabilidade nas datas de encerramento. As curvas e preços utilizados no cálculo para cada grupo de instrumentos são desenvolvidos com base em dados da B3, Banco Central do Brasil, LME e Bloomberg, interpolados entre os vencimentos disponíveis.

O valor presente dos contratos a termo (NDF) é estimado descontando-se o valor nominal multiplicado pela diferença entre o preço futuro na data de referência e o preço contratado.

29.7 Demonstrativo da análise de sensibilidade

Os principais fatores de risco que impactam a precificação dos instrumentos financeiros em caixa e equivalentes de caixa, empréstimos, financiamentos e debêntures e instrumentos financeiros derivativos são a exposição à flutuação do dólar e das taxas de juros CDI e cupom de dólar. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas, seguindo as políticas financeiras da Companhia.

Os cenários em 31 de dezembro de 2019, estão descritos abaixo:

Cenário I - Considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2019, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de março de 2020;

Cenário II - Considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2019;

Cenário III - Considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2019.

Fatores de risco	Caixa e equivalentes de caixa	Principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	Principal de instrumentos financeiros derivativos	Unidade	Choque nas curvas de 31/12/2019	Impactos no resultado				
						Cenário I				
						Cenários II & III				
						-25%	-50%	+25%	+50%	
Taxas de juros										
BRL-CDI	689.990	1.800.033	931.092	BRL milhares	-16 bps	2.880	19.802	39.603	(19.802)	(39.603)
Cupom de dólar			231.000	USD milhares	-19 bps		(2)	(4)	2	4
Taxas de câmbio										
Dólar americano			231.000	USD milhares	-2%	720	9.067	18.134	(9.067)	(18.134)

Fatores de risco	Principal de instrumentos financeiros derivativos	Unidade	Choque nas curvas de 31/12/2019	Impactos no resultado abrangente					
				Cenário I					
				Cenários II & III					
					-25%	-50%	+25%	+50%	
Taxas de juros									
BRL-CDI	931.092	BRL milhares	-16 bps	935	11.511	23.359	(11.190)	(22.071)	
Cupom de dólar	231.000	USD milhares	-19 bps	(1.762)	(6.421)	(12.958)	6.309	12.509	
Taxas de câmbio									
Dólar americano	231.000	USD milhares	-2%	17.236	217.106	434.211	(217.106)	(434.211)	

30. Riscos do negócio

Os riscos de negócio mais relevantes no entendimento da Companhia são:

30.1 Risco hidrológico e GSF (*Generation Scaling Factor*)

A geração de energia elétrica da Companhia depende diretamente de condições hidrológicas, uma vez que todo o seu parque gerador é hidrelétrico. A principal usina hidrelétrica da Companhia, UHE Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera), que representa 94% de sua garantia física para venda, concentra-se na área de influência da bacia do Rio Paraná, região oeste do Estado de São Paulo e opera a fio d'água.

A Garantia Física do sistema representa a máxima quantidade de energia possível de ser suprida em condição permanente a um dado critério de garantia de suprimento. A Garantia Física respectiva de cada usina corresponde ao limite de energia que ela está autorizada a comercializar através de contratos.



Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os riscos de escassez de água devido às condições pluviométricas são cíclicos, porém essas ocorrências têm sido intensas nos últimos anos. Conforme a regulamentação atualmente vigente no setor elétrico, parte dessa escassez é coberta pelo Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, instrumento que compartilha os riscos de geração insuficiente de energia entre todas as usinas hidráulicas integrantes desse mecanismo, captando as diferenças de sazonalidades das vazões nas diversas bacias hidrográficas, de forma a tentar neutralizar o impacto financeiro associado ao risco hidrológico proveniente do despacho centralizado que caracteriza o SIN – Sistema Interligado Nacional.

Quando a soma da geração das usinas integrantes do MRE não é suficiente para suprir a soma das garantias físicas desses empreendimentos ocorre o denominado GSF – *Generation Scaling Factor* inferior a 1, impactando financeiramente essas usinas pela razão entre sua garantia física e o montante efetivamente gerado, valorado ao PLD – Preço de Liquidação das Diferenças e liquidado mensalmente. Por esse motivo, o GSF pode afetar os resultados da Companhia e sua condição financeira, bem como a geração de fluxo de caixa futuro.

Por outro lado, quando a geração dessas usinas supera as garantias físicas, os agentes do MRE são beneficiados com a denominada “energia secundária”, que também é remunerada ao PLD.

Visando mitigar os impactos financeiros do risco hidrológico sobre a geração hidráulica no SIN, o Governo Federal publicou a Medida Provisória nº 688/2015, posteriormente convertida na Lei nº 13.203/2015, apresentando um acordo de repactuação desse risco, com efeitos retroativos a 2015.

A Companhia, após estudos e análises aprofundados, protocolou junto à ANEEL o requerimento de adesão à repactuação do risco hidrológico no ACR – Ambiente de Contratação Regulada, em que 350 MW médios contratados em 2016 e 230 MW médios contratados de 2017 até 2028 estão com riscos cobertos quanto ao GSF. Em relação ao ACL – Ambiente de Contratação Livre, a decisão foi pela não adesão, causada pela não atratividade confirmada, inclusive, pelos demais agentes setoriais.

30.2 Segurança de barragens

As barragens da CESP são todas construídas em etapa única, executada previamente ao início de operação do empreendimento. A maioria dos barramentos são em solo homogêneo compactado, cujas fundações receberam tratamento adequado, conforme os projetos. As estruturas de casa de força e vertedouros são ancoradas em maciços de rocha competentes.

A UHE Porto Primavera está localizada entre os municípios de Rosana/SP, Anaurilândia/MS e Batayporã/MS e iniciou a operação em 1999. É constituída por uma barragem de terra com 10.186 m. A tomada d’água e a casa de força estão acopladas juntamente com o vertedouro de comportas, totalizando as estruturas de concreto com 1.004 m de comprimento.

A UHE Paraibuna está localizada no município de Paraibuna/SP e iniciou a operação em 1978. É constituída por uma barragem principal de terra com 595 m de extensão, e 7 diques de fechamento, com extensão total de 2.755 m. A tomada de água é em concreto, fundada em rocha, e complementada com um túnel em rocha. A casa de força está situada na jusante da barragem de terra, fundada em rocha. O vertedouro é do tipo tulipa, com vertimento na elevação 714 m.

A UHE Jaguari está localizada no município de São Jose dos Campos/SP e iniciou a operação em 1972. É constituída por uma barragem principal de terra com 435 m de extensão, e um dique de fechamento com 210 m de extensão. A tomada de água é em concreto, fundada em rocha, e complementada com um túnel em rocha. A casa de força está fundada em rocha. O vertedouro é do tipo soleira livre, com vertimento na elevação 623 m.

Em cumprimento da Lei Federal nº 12.334/2010 e aos requisitos e metodologia de segurança de barragem, regulamentada pela Agência Nacional de Águas – ANA/CNRH e Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e conforme Resolução Normativa ANEEL nº 696/2015, a CESP possui o Plano de Segurança de Barragens – PSB.

O PSB contempla, entre outros, o Plano de Ação de Emergência (PAE), incluindo o detalhamento da mancha de inundação para ruptura hipotética do empreendimento. Esses documentos foram entregues às Prefeituras e às Defesas Cíveis dos municípios para elaboração dos Planos de Contingência (PLANCON). Assim que esses documentos forem definidos pelas Defesas Cíveis, o PAE será compatibilizado com os mesmos.

Também fazem parte do PSB os procedimentos para realização das inspeções periódicas e análise do comportamento dos instrumentos de auscultação instalados nas estruturas das Barragens. O monitoramento e acompanhamento das estruturas são realizados através de inspeções rotineiras mensais, inspeções regulares formais, e mais de 2.800 instrumentos de auscultação instalados nas estruturas de suas barragens com periodicidades de leituras estabelecidas, armazenando os dados no Sistema Informatizado de Segurança de Barragens da CESP (SICESP). A partir desses monitoramentos são definidas atividades de manutenção e conservação das estruturas.



Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia possui ainda uma rede de estações hidrométricas que monitora as chuvas e as vazões afluentes aos seus reservatórios que alimentam o sistema de operação juntamente com informações fornecidas pelo Operador Nacional do sistema Elétrico (ONS), responsável pela operação do sistema de usinas. Em casos de cheias extraordinárias, a empresa utiliza o Sistema de Operação em Emergência (SOSEm) com procedimentos especiais de gerenciamento de risco, de acordo com a situação normal, atenção, alerta e emergência, sempre envolvendo a defesa civil local e regional.

Todo o acompanhamento e implementação das manutenções é realizado com equipe própria de engenheiros e técnicos especializados, e com sólida formação em engenharia civil, hidrologia, segurança de barragens e áreas afins.

30.3 Risco de não renovação das concessões

A Companhia detém a concessão de três usinas hidrelétricas, cujos vencimentos estão discriminados na tabela abaixo:

UHE	Vencimento
Jaguari	20/05/2020
Paraibuna	09/03/2021
Eng ^o Sérgio Motta (Porto Primavera)	14/04/2049

O Conselho de Administração aprovou, em consequência da manifestação de intenção do Estado de São Paulo de pleitear junto à União a exploração da UHE Jaguari após término da atual concessão da usina (nos termos do Edital n° SF 001/2018), a formalização à União (MME/ANEEL) sobre o não interesse da Companhia na renovação da concessão da UHE Jaguari, sendo que a Companhia manterá as suas responsabilidades de concessionária até o término da vigência do Contrato de Concessão n° 003/2004, em 20 de maio de 2020.

31. Seguros (não auditado)

A Companhia possui contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidade, conforme demonstrado a seguir:

Tipo	Seguradora	Cobertura	Vencimento	Valor segurado
D&O - Seguro de Administradores	Zurich Minas Brasil Seguros S.A.	Responsabilidade civil - D&O	07/2020	80.000
Riscos Patrimoniais	Chubb Seguros S.A.	Danos materiais	05/2020	7.456.666
Responsabilidade Civil Geral	Chubb Seguros S.A.	Responsabilidade Civil Geral	01/2021	40.000

Obs.: O escopo dos trabalhos dos auditores independentes não inclui a auditoria sobre a suficiência da cobertura de seguros.

32. Compromissos de longo prazo

A Companhia possui os seguintes compromissos futuros de longo prazo considerados relevantes:

	2020	2021	2022	2023	2024	Após 2025	Total
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE)	4.904	4.840	4.704	4.711	4.711	113.058	136.927
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição (TUST e TUSD)	161.194	176.016	179.710	179.710	179.710	4.313.039	5.189.378
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)	48.381	48.923	48.821	48.821	48.983	1.175.598	1.419.527
Encargos de conexão	64	65	65	65	65	1.551	1.874
Contratos de compra de energia	398.664	257.325					655.989
Total	615.225	489.190	235.322	235.329	235.493	5.603.246	7.403.694

Mario Bertocini

Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Marcelo de Jesus

Diretor Financeiro

Pareceres E Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente

sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas

CESP - Companhia Energética de São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da CESP - Companhia Energética de São Paulo ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CESP - Companhia Energética de São Paulo em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Provisão para litígios - Nota 20

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui provisões que são mensuradas com base nas perdas prováveis estimadas nos respectivos processos no valor de R\$ 1.814.375 mil. Adicionalmente, a Companhia possui ações tributárias, cíveis, ambientais, trabalhistas e de desapropriações em andamento, para as quais não foram registradas provisões nas demonstrações financeiras, considerando que as perspectivas para perda foram avaliadas como possíveis ou remotas pela Administração, a partir de posições dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia.

Consideramos essa área como foco em nossa auditoria pois a determinação da possibilidade de êxito nos processos em andamento, e a correspondente estimativa das perdas esperadas como prováveis envolve uma grande quantidade de causas, em diversas esferas, cálculos complexos e, portanto, julgamentos críticos por parte da Administração da Companhia. Alterações nessas estimativas podem trazer impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação da consistência entre a política contábil relacionada com as provisões e os procedimentos adotados pela Administração para determinação das provisões e suas respectivas divulgações. Adicionalmente, obtivemos confirmações dos assessores jurídicos externos contemplando os prognósticos de perda, bem como a quantificação dos montantes estimados como perda remota, possível e provável. Envolvermos nossos especialistas na área tributária para avaliarmos a razoabilidade das estimativas da Administração e seus assessores jurídicos internos e externos para determinados processos, considerando a evolução desses processos e a jurisprudência existente, quando aplicável.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para determinação das provisões e as divulgações em notas explicativas estão consistentes com as informações recebidas ao longo da nossa auditoria.

Recuperabilidade dos ativos imobilizados e intangíveis dos contratos de concessão (teste de impairment) - Notas 13 e 14

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui registrado em seus ativos imobilizados e intangíveis, os montantes de R\$ 6.305.943 mil e R\$ 1.575.300 mil, respectivamente, substancialmente referentes aos valores contábeis dos investimentos em infraestrutura efetuados em conexão com os contratos de concessão pública.

Consideramos o teste de impairment dos ativos imobilizados e intangíveis como um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude do saldo e da complexidade envolvida nas análises de recuperabilidade. A complexidade advém dos julgamentos significativos em relação à estimativa dos fluxos de caixa futuros descontados, que incluem premissas que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado. Variações nesses julgamentos e premissas podem trazer impactos relevantes nas referidas estimativas e, conseqüentemente, nas demonstrações financeiras.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a leitura da documentação referente ao novo contrato de concessão; a conferência da coerência lógica e aritmética das projeções dos fluxos de caixa; a verificação do modelo de mensuração adotado; teste de reconciliação dos fluxos de caixa futuros com os planos de negócios aprovados pela administração da Companhia, bem como discussão com a administração em relação à razoabilidade das principais premissas adotadas nas projeções e taxa de desconto, o que incluiu a comparação com os orçamentos aprovados e dados observáveis de mercado. Adicionalmente, efetuamos análise de sensibilidade e recálculo das projeções considerando diferentes cenários, bem como leitura das divulgações realizadas em notas explicativas.

Nossos procedimentos de auditoria indicaram que os critérios e premissas utilizados pela administração são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.

Realização de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social - Nota 10

A Companhia mantém registrado tributos diferidos oriundos de diferenças temporárias e prejuízos fiscais de imposto de renda e contribuição social, assim como créditos de imposto de renda e contribuição social a recuperar. Esses valores foram registrados na medida em que a Administração considera que gerará lucros tributáveis futuros suficientes para a utilização desses créditos.

Consideramos essa uma área de foco de auditoria, pois a avaliação realizada pela Administração da Companhia sobre a realização desses créditos envolve julgamentos importantes e subjetivos para determinar as bases tributárias futuras para utilização desses montantes.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles-chave utilizados pela Companhia na apuração e registro dos créditos tributários, bem como a obtenção das projeções econômicas aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia.

Realizamos avaliação em base de testes dos cálculos dos créditos tributários e sobre os modelos e premissas críticas utilizados pela Administração para determinar as bases tributárias futuras e comparamos essas premissas com informações macroeconômicas disponíveis no mercado. Adicionalmente, analisamos os prazos de realização considerados nos estudos e os dados históricos da própria Companhia, para testar a adequação e a consistência dessas estimativas de realização em relação aos utilizados nos exercícios anteriores. Finalmente, avaliamos as divulgações relacionadas com o reconhecimento desses créditos tributários.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para determinação dos créditos tributários são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Porque é um PAA Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Ativo sujeito a indenização - Nota 12

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui reconhecido o montante de R\$ 1.719.390 mil na rubrica "Ativo sujeito a indenização", líquido de provisão para perdas, junto ao Governo Federal, oriundo da indenização dos contratos de concessão encerrados das Usinas Três Irmãos, Jupia e Ilha Solteira. A Companhia discute na justiça o recebimento de valor superior ao contabilizado, mas estimou esse montante como um ativo incontroverso.

Variações na estimativa quanto ao montante a ser recebido, incluindo a forma esperada de recebimento, podem trazer impactos relevantes nas demonstrações financeiras. Dessa forma, esse assunto foi considerado como área de foco de nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento histórico do processo administrativo, análise das publicações de resoluções normativas, portarias, ofícios e notas técnicas do órgão regulador, assim como a obtenção de parecer jurídico do advogado responsável pela condução do tema.

Consideramos que o critério adotado na estimativa, assim como as divulgações em notas explicativas, estão consistentes com as informações recebidas ao longo da nossa auditoria.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 18 de março de 2019, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório

do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 17 de fevereiro de 2020

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5

Carlos Eduardo Guaraná Mendonça

Contador CRC 1SP196994/O-2

Pareceres E Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da CESP - Companhia Energética de São Paulo ("Companhia"), em cumprimento das disposições legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Mutações do Patrimônio Líquido, Proposta da Administração para Destinação do Resultado, Demonstração do Fluxo de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado, complementadas por Notas Explicativas e pelo Relatório da Administração.

Com fundamento nos exames realizados, e considerando os esclarecimentos prestados pela Administração e o Relatório dos Auditores Independentes, este Conselho é de opinião que as Demonstrações Financeiras, bem como o relatório da administração, as contas dos administradores e a proposta de destinação dos resultados relativos ao exercício de 2019, estão em condições de serem submetidos à apreciação e deliberação pela Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas da Companhia.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2020.

Paulo Roberto Franceschi

Guillermo Oscar Braunbeck

Heraldo Gilberto de Oliveira

Pareceres E Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, Previsto em Regulamentação Específica da Cvm)**PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO**

O Comitê de Auditoria Estatutário da CESP – Companhia Energética de São Paulo, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, em atendimento ao disposto no inciso IX do artigo 25 da Instrução da CVM no. 480/09, examinou as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o Relatório da Administração, e o relatório emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.

Não houve situações de divergências significativas entre a Administração da Companhia, os auditores independentes e o Comitê de Auditoria em relação às Demonstrações Financeiras da Companhia.

Com base em documentos examinados e nos esclarecimentos prestados, abaixo assinados, opinam que as demonstrações financeiras se encontram em condições de serem aprovadas.

São Paulo, 13 de fevereiro de 2020.

Iara Pasian Coordenadora

José Écio Pereira da Costa Junior Membro

Angela Aparecida Seixas Membro

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria da CESP Companhia Energética de São Paulo, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Av. Dra. Ruth Cardoso, 7.221, 12º andar, Pinheiros, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 60.933.603/0001-78, declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, relativamente às Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria da CESP Companhia Energética de São Paulo, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Av. Dra. Ruth Cardoso, 7.221, 12º andar, Pinheiros, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 60.933.603/0001-78, declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, relativamente às Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.